



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 57ª
(QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 26 DE JUNHO DE 2008.

92

75

167 *travadas*

Publicação autorizada por DCI 15-150/26/08/08
Serviço *depois* Matrícula 1193137



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Berinaldo Pontes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 138, de 08/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 57ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 56ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Acordamos ontem que, na sessão de hoje, não haveria Comunicados de Parlamentares, apenas de Líderes. Mas o Deputado Reguffe disse que desejaria se pronunciar. Apelo a todos os Deputados que se encontram nas dependências da Câmara Legislativa que se dirijam ao plenário para iniciarmos a pauta de votação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB	X		
BERINALDO PONTES - PP	X		
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ELIANA PEDROSA - DEM	X		
ÉRIKA KOKAY - PT		X	
EURIDES BRITO - PMDB		X	
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
LUZIA DE PAULA - PSL	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO RORIZ - DEM		X	
PAULO TADEU - PT	X		
PEDRO DO OVO - PMN		X	
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
WILSON LIMA - PR		X	
ALÍRIO NETO - PPS	X		
TOTAL	12	12	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A) BERINALDO PONTES



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	3

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a minha presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está registrada a presença do Deputado Batista das Cooperativas.

Estão presentes 12 Deputados no plenário. Para iniciarmos a votação, precisamos de, pelo menos, mais um Deputado. Assim, apelo aos Parlamentares que se encontram em seus gabinetes, nas dependências da Casa, que venham para o plenário.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, teremos ou não os Comunicados de Líderes?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Eliana Pedrosa, fizemos um acordo para não haver Comunicados de Líderes, mas, como não há *quorum* para deliberação das matérias, V.Exa. poderá usar da palavra.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, galeria, subo a esta tribuna hoje para render homenagem a dois Parlamentares do Distrito Federal: os Deputados Federais Jofran Frejat e Laerte Bessa.

Na tarde de ontem, na Câmara dos Deputados, o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça aprovou a MP nº 426, de 2008, que aumenta a remuneração dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal por meio do reajuste de 40% de Vantagem Pecuniária Especial, a VPE. A matéria foi relatada pelo nosso queridíssimo Deputado Federal Laerte Bessa, que propôs ainda que o Governo do Distrito Federal concedesse a Gratificação de Risco de Morte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	4

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a PEC nº 53, de 2007, de autoria do Deputado Jofran Frejat, que dá direito a aviso prévio, seguro desemprego e FGTS a servidores de cargos de livre nomeação. Não é admissível haver trabalhadores com metade de seus direitos. Então, é muito importante a aprovação dessa PEC na Comissão de Constituição e Justiça. Isso mostra como os nossos Deputados Federais trabalham com qualidade em prol da população do Distrito Federal. Embora nem o Deputado Jofran Frejat nem o Deputado Laerte Bessa sejam do meu partido, não posso deixar, neste momento, de render as minhas homenagens pelo trabalho que estão fazendo na Câmara dos Deputados. É muito importante haver esse nível de representação no Legislativo Federal, uma representação de qualidade, de compromisso e, principalmente, de querer que os trabalhadores do Distrito Federal tenham todos os seus direitos assegurados. Os PMs e bombeiros militares terão a possibilidade da Gratificação de Risco de Vida, além do aumento, e todos os cargos comissionados, não só os do Distrito Federal, mas os de todo Brasil, que são trabalhadores de fato, com disponibilidade de horário integral, terão os mesmos direitos que qualquer outro trabalhador.

Deixo aqui registrada a minha homenagem ao Deputado Jofran Frejat e ao Deputado Laerte Bessa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nesta última sessão do semestre, quero apenas deixar, mais uma vez, o meu pedido para que o Governo do Distrito Federal gaste mais na Educação e Saúde e menos na contratação de cargos comissionados.

Volto a reiterar alguns números. A França inteira possui 4.800 cargos comissionados; os Estados Unidos inteiro possuem 5.600 cargos comissionados; e o Distrito Federal, de tamanho tão pequeno, possui 14 mil, o triplo de cargos comissionados da França inteira.

A meu ver, isso é um desperdício de dinheiro público, de um dinheiro que deveria estar sendo empregado na Educação e na Saúde pública. Saúde esta em que as pessoas se acotovelam nas emergências dos prontos-socorros, tendo que esperar às vezes sete horas para serem atendidas. E o Governo contrata cabos eleitorais, travestidos em cargos comissionados. É um absurdo! Eu penso que deve haver cargos comissionados, porque algumas funções são de confiança, como o cargo de secretária, de chefe de gabinete, mas não nesse volume que existe. Esse excesso é um verdadeiro desperdício de dinheiro público e não zela pelo bom gasto do dinheiro do contribuinte do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	5

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer. Eu faço esse apelo, mais uma vez, porque eu penso que isso são números, são fatos, não é apenas um discurso político. Não há nada que justifique o Distrito Federal ter mais do que o triplo de cargos comissionados que a França. Além disso, a ocupação dos cargos no Estado deveria priorizar a qualificação técnica daqueles que fizeram concurso público, e não simplesmente dos apaniguados do Governo de plantão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento as pessoas presentes na galeria que estão reivindicando a aprovação do projeto que trata da Bolsa Universitária. A Bancada do Partido dos Trabalhadores: Deputados Paulo Tadeu, Chico Leite e Erika Kokay, e os técnicos do PT se debruçaram desde ontem sobre este projeto e fizeram várias alterações para que todas as reivindicações de vocês pudessem ser atendidas. E, com certeza, o projeto ganhou e muito com a participação das lideranças e dos técnicos para que pudesse ser votado hoje em plenário.

Sr. Presidente, também quero abordar uma questão que tratamos ontem nesta Casa: o reajuste do salário dos servidores públicos. O Governo alega que não tem recursos, e essa tem sido a tônica do Governo do Distrito Federal, do Governador Arruda o tempo todo.

Agora, o que chama a atenção, e a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez uma notificação ao Tribunal de Contas e solicitou uma auditoria em cima de mais um contrato feito sem licitação, é o contrato da Sangari. Deputado Reguffe, um Governo que diz que não tem dinheiro – V.Exa. acabou de falar sobre o problema na Saúde e na Educação – fez um contrato com a Sangari de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) sem licitação. Já chega a quase um bilhão e duzentos os contratos do GDF feitos de forma emergencial e a maioria deles sem licitação. Fruto inclusive de uma operação da Polícia Federal e do Ministério Público, que é a operação *megabyte*. E olha que é *megabyte*! A situação está crítica para um Governo que chegou ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deputado Paulo Tadeu, foram R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)! V.Exa. fez denúncia com relação ao fechamento dos laboratórios nas escolas públicas do Distrito Federal. Inclusive, na segunda-feira, em uma reunião com o Governador, V.Exa. propôs a realização de uma audiência pública para discutir esse assunto, porque ficou preocupado quando foi procurado pelos alunos de escolas públicas do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal está fechando laboratórios de escolas públicas e faz o contrato com a Sangari para que sejam fornecidos kits de ciências. São copos descartáveis e alguns livros que nem chegaram ainda à Secretaria de Educação do Distrito Federal, e arquivos de aço, que essa empresa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	6

inclusive não produziu. Foi a terceirização da terceirização da Educação. O Governo do Distrito Federal terceirizou para a empresa Sangari, a empresa Sangari terceirizou para outras empresas e já recebeu mais de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Mas o Tribunal de Contas do Distrito Federal está realizando uma auditoria e determinou a suspensão do pagamento.

A única explicação que o Secretário de Educação, Luiz Valente, dá é que se trata de uma licitação de produto singular. Realmente, é muito singular – trezentos milhões de reais é um valor singular, é muito simples, e, para o GDF, não faz diferença nenhuma. Faz diferença quando encaminha para a Câmara Legislativa projeto de aumento de salário do servidor, abrindo um *apartheid* na carreira da saúde pública, como aconteceu ontem. Faz diferença, de forma singular, quando não dá reajuste digno para a Educação nem para os profissionais de segurança pública. O Governo age de forma reativa, não proativa. O Governo dizia não ter recursos, mas firmava vários contratos, como o da Brasília-Tur, conforme verificamos na denúncia feita pelo Deputado Chico Leite. Houve vários contratos que estamos, agora, por intermédio do SIGO, monitorando para apresentar os resultados aos nobres Parlamentares e à sociedade do Distrito Federal. Como um Governo que se diz de autogestão faz um contrato de trezentos milhões de reais?

Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está atenta a tudo isso. Ontem, entregamos uma representação ao Ministério Público do Distrito Federal solicitando a suspensão desse contrato com a Sangari de trezentos milhões de reais. É inadmissível que a Educação do Distrito Federal esteja um caos, que os professores estejam passando por sérias dificuldades, bem como a Saúde Pública e a Segurança Pública, e o Governo faça um contrato desse montante de recursos sem licitação!

Então, isso é apenas uma demonstração de que o Governo do Distrito Federal, o Governador Arruda, não prima pelos recursos públicos, não prima pela arrecadação oriunda do contribuinte do Distrito Federal!

Sr. Presidente, essa é mais uma demonstração da não-preocupação com o recurso público proveniente do contribuinte do Distrito Federal e da sua má utilização pelo Governador José Roberto Arruda.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	7

água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor Idoso referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.

Relatores: Deputado - CAS
Deputada: Luzia de Paula - CDC
Deputado - CCJ.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 26:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 861, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o desafio do cerrado de *mountain bike*”.

Relatores: Deputado - CAS
Deputado - CCJ.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 861, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o desafio do cerrado de *mountain bike*”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cabo Patrício para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	8

Solicito ao Relator, Deputado Cabo Patrício, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 861, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o desafio do cerrado de *mountain bike*".

Sr. Presidente, o projeto não recebeu nenhuma emenda.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 861, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero levantar uma questão sobre os trabalhos desta Casa. Sinceramente, acho importante votarmos projetos de Parlamentares, mas quero chamar a atenção de V.Exa. e do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, para duas questões: primeiramente, quero dizer que aprovamos vários projetos de Parlamentares no primeiro semestre. Praticamente todos os projetos aprovados não foram regulamentados pelo Governador. Devemos parar de iludir a sociedade. Aprovamos os projetos, mas, na maioria das vezes, acabam vetados e voltam à Câmara Legislativa. Derrubamos os vetos do Governador e simplesmente S.Exa. não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	9

regulamenta as leis. O resultado de não regulamentarem nossas leis é que elas não têm qualquer valor; portanto, não entram na vida das pessoas que moram nesta cidade. Inclusive, eu não tenho projeto na pauta de hoje. Neste momento, o mais importante é exigir do Governo que regulamente nossas leis. Estou cansado de aprovar leis nesta Casa e simplesmente não vê-las vigorarem na vida das pessoas porque o Governador não as regulamenta. Esta Casa tem de exigir do Governador e do Poder Executivo que regulamentem as leis aprovadas e respeitem as decisões desta Casa. Essa é a primeira questão. Por isso, acho inócuo que, neste momento, aprovemos leis de Parlamentares, enquanto o Governo não se comprometer a regulamentar as leis dos Parlamentares, muitas vezes, sancionadas pelo próprio Governador.

A segunda questão, em respeito às pessoas que estão na galeria e vieram ver a votação do projeto Bolsa Universitária, é que começássemos a apreciação desta matéria de interesse delas. Não é possível que comecemos a votar uma série de matérias, enquanto temos a galeria cheia de estudantes dispostos a assistir à votação desse projeto.

Então, solicito a V.Exa. que mude a pauta e que votemos imediatamente o projeto da Bolsa Universitária, sobre o qual já há acordo, em respeito às pessoas que aqui estão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., com a ressalva de que o projeto ainda não está em ponto de votação. Tão logo esteja pronto, com a assessoria da Mesa, nós o colocaremos em apreciação.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Paulo Tadeu quanto a colocarmos imediatamente em votação a questão do projeto da Bolsa Universitária.

Quanto à intervenção do Deputado Paulo Tadeu a respeito da falta de regulamentação dos projetos por parte do Governo, penso que esta Casa tenha de fazer alguma coisa. Alguns projetos são aprovados e simplesmente não são colocados em prática. Outro dia, um senhor ficou cego de um olho porque não foi colocado em prática um projeto de minha autoria, já aprovado, que exige, como acontece em vários países, que os cortadores de grama utilizados em gramados públicos tenham uma rede de proteção de segurança em volta da hélice para evitar que se arremessem objetos passíveis de ferir pessoas. Um senhor ficou cego de um olho porque ninguém colocou a lei em prática.

Eu não sei a quem cobrar mais: já fui ao Governador, ao Ministério Público... Só falta eu ir ao Papa. Como sou católico, vou mandar uma correspondência a S. S..



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	10

Do jeito que está: a lei é aprovada e ninguém a coloca em prática, não dá. Não sei mais de quem cobrar, sinceramente!

A Presidência desta Casa tem de fazer algo para defender uma das prerrogativas do Poder Legislativo, que é aprovar leis, que têm de ser colocadas em prática e não estão sendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Reguffe, foi acordado ontem que votaríamos os projetos dos Deputados em primeira mão. Todos os Deputados acordaram isso. Com o reforço, na Secretaria de Assuntos Parlamentares, graças à chegada do Maciel, acredito que o funcionamento melhorará daqui para frente. O Líder do Governo poderá se pronunciar quanto a isso, mas tenho certeza de que vai melhorar. Eu tenho interesse também, porque há projetos meus para serem regulamentados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma ponderação: esse debate sobre a regulamentação das leis já fazemos há muito tempo. Ouvi o Deputado Reguffe, o Deputado Paulo Tadeu, o Deputado Milton Barbosa falarem a respeito do tema e irei propor a nossa Bancada que oficiemos à Presidência da Mesa, para que a Mesa represente ao Ministério Público, institucionalmente, para que ele intervenha, de forma que a lei que não for regulamentada no prazo legal tenha aplicação automática, de ofício, tenha eficácia própria, como manda o Direito Constitucional moderno.

A segunda observação, Sr. Presidente, é que precisamos urgentemente colocar em votação o projeto que trata da Bolsa Universitária. O projeto foi construído pelo conjunto de Líderes ainda nessa manhã, a partir do original vindo do Governo. Foi uma idéia gestada ainda no período do Governo do Partido dos Trabalhadores. O Presidente Lula tem feito muito, no plano nacional, e é preciso que nós imediatamente comecemos a fazer aqui no Distrito Federal. É triste querer estudar e não se poder porque, lamentavelmente, a Educação virou, por essas óticas, uma mercadoria. Então, é urgente que votemos a lei com as emendas e com a construção coletiva desta Casa Legislativa.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer apenas um comentário: o Deputado Cabo Patrício nos informou que o Governo fez um contrato, sem licitação, no valor de R\$



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	11

300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Esse contrato emergencial foi feito com a Sangari, empresa que atua em 45 países. O MEC considerou esse o melhor projeto pedagógico da América Latina. Isso significa, Deputado Paulo Tadeu – V.Exa. que tanto luta por recursos para a Educação –, R\$ 15,00 (quinze reais), por aluno no Ensino Fundamental. A previsão de gastos neste ano é de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). O Deputado talvez tenha projetado isso aí para os próximos cinco ou dez anos. Portanto, cada aluno hoje da rede pública custa algo em torno de R\$ 600, 00 (seiscentos reais). O Investimento de R\$ 15,00 (quinze reais), *per capita*, significa investir 0,25%, em cada aluno, e trazer, para a realidade, um laboratório de ciências praticamente dentro de cada sala de aula. Portanto, é o melhor custo-benefício que isso pode ter: melhorar a qualidade da Educação. Não tenho dúvida de que, nas próximas provas, os resultados já serão latentes com esse Investimento. O Governo não fez o contrato de emergência, ele apenas fez o contrato por inexistência, considerando a *expertise* dessa empresa, que atua em 45 países, hoje, do mundo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de manter o meu posicionamento de ontem de que, ao invés de seguirmos apreciando todos os itens da pauta – até porque tem os projetos do Executivo para serem votados – que votemos os projetos de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado, é isso que estamos tentando fazer. Votamos o primeiro e estamos tentando partir para o segundo, mas o debate está impedindo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mas eu ainda gostaria de fazer mais comentários sobre o assunto que o Deputado Leonardo Prudente citou, relacionado à empresa Sangari, uma empresa *expert*, presente em 45 países. Eu não posso deixar de me posicionar porque S.Exa. me citou. Realmente essa empresa é uma *expert*. O Deputado Leonardo Prudente esqueceu-se de falar que os materiais estão vencendo. Inclusive, foram mostradas ontem, ao meio-dia, por uma emissora de televisão, no noticiário local, coisas cujo prazo de validade está vencendo e os objetos contratados vencem em 2010. A capacitação dos profissionais e professores, mencionada pelo Secretário de Educação, Sr. Luís Valente, termina no ano de 2010. Quando o Governo terminar de capacitar os professores, automaticamente, vai ter de renovar o contrato, é claro. Então, já se faz uma estimativa para os próximos cinco anos, sem contar a renovação do contrato, pois, se os professores estão capacitados e o contrato foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	12

feito por inexigibilidade, conforme V.Exa. argumentou, alguém tem dúvida de que o Governo vai prorrogar esse contrato?

É por isso que o Tribunal de Contas do Distrito Federal acatou a auditoria que a Bancada do Partido dos Trabalhadores solicitou. Esperamos que o Ministério Público – é claro – decida pela suspensão do contrato.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 27:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 783, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada”.

Relatores: Deputado Cristiano Araújo - CES
Deputado - CCJ.

A matéria não recebeu pareceres das comissões.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Sollicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 783, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde . (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	13

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 783, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 783, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 28:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 836, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “declara de utilidade pública a Academia de Medicina de Brasília, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	14

Deputado

-CCJ.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 836, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “declara de utilidade pública a Academia de Medicina de Brasília, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, não encontramos nenhum óbice; somos, portanto favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Pedro do Ovo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 836, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “declara de utilidade pública a Academia de Medicina de Brasília, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Remissão	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 836, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 337, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “dispõe sobre a criação do Programa Parto Humanizado, no âmbito do Governo do Distrito Federal”.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CES

Deputado - CCJ.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito vista do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência concede vista do projeto ao Deputado Wilson Lima.

Item nº 30:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 600, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “Institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Pedro do Ovo - CES

Deputado - CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	16

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 600, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 600, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	17

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 600, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já havia solicitado anteriormente, até em respeito aos estudantes que se encontram na galeria, que votássemos o projeto relativo à Bolsa Universitária. Como já há acordo com relação a esse projeto, eu queria pedir a V.Exa. que apreciássemos a matéria, agora, neste plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Paulo Tadeu, na verdade, estávamos aguardando o substitutivo. Ele já está pronto e, neste momento, estamos assinando e recolhendo a assinatura dos demais Parlamentares para, então, passarmos à sua votação. A Presidência, portanto, acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 41:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e determina outras providências”.

Relatores: Deputado Raad Massouh - CES
Deputado Cristiano Araújo - CEOF
Deputada Eurides Brito - CCJ.

A matéria não tem parecer e recebeu um substitutivo de Plenário.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na apreciação do projeto em primeiro turno, a Bancada do PT apresentou sete emendas, que foram incorporadas ao substitutivo, conforme informado pelo Líder do Governo no acordo estabelecido entre as Lideranças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	18

Solicitamos a retirada das emendas, tendo em vista que elas já foram incorporadas ao substitutivo, ficando apenas uma emenda para o segundo turno, que está sendo analisada pelos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa. e retira as emendas do projeto.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao substitutivo, de autoria de vários Deputados, ao Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e determina outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do substitutivo apresentado ao referido projeto de lei complementar.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e determina outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do projeto na forma do substitutivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	19

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e determina outras providências”.

Esta mensagem é oriunda do Poder Executivo e já tramita nesta Casa há algum tempo. Durante esse período, ela foi aperfeiçoada com a apresentação de várias emendas e, hoje, estamos aqui analisando-a sob o ponto de vista da constitucionalidade e da admissibilidade.

Analisando este projeto, de maior valor social, percebemos que ele possibilitará, sem dúvida alguma, que um maior número de estudantes ou de aspirantes aos cursos universitários possam ter a oportunidade de dar prosseguimento aos seus estudos.

O projeto veio respaldado, embasado com uma justificação que descreve bem o que pretende o Sr. Governador ao apresentar uma nova legislação para o Programa Bolsa Universidade. Emendas foram apresentadas, e a última reunião de conciliação entre as emendas e as tendências dos Parlamentares foi realizada na manhã de hoje, com a presença dos assessores de praticamente todos os partidos representados nesta Casa.

O Partido dos Trabalhadores havia apresentado algumas emendas, mas, como fruto da reunião da manhã de hoje, elas foram retiradas pelo próprio PT porque foram encampadas no termo substitutivo, que é o termo que nós vamos submeter à aprovação na tarde de hoje – até porque o substitutivo representa o consenso de várias discussões aqui havidas no decorrer desse período. Por isso mesmo, não vemos nenhuma Inconstitucionalidade, não há vício de iniciativa e nem transgressão à técnica legislativa, podendo o projeto ser aprovado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	20

Encaminhamos, pois, pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Srs. Deputados, na verdade, eu não sei se há um número excessivo de pessoas no plenário, mas, sem dúvida alguma, há ruído excessivo aqui dentro.

A Presidência pede à Segurança que verifique se todas as pessoas que estão no plenário estão credenciadas. Quem não estiver credenciado, por favor, queira se retirar do plenário, pois a Segurança vai conferir.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, na forma do substitutivo.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou votar favoravelmente ao projeto que cria o Programa Bolsa Universitária, é claro. Agora, quero fazer algumas considerações sobre essa proposição, com toda a franqueza e com toda a sinceridade. A primeira observação é que esse projeto reserva somente 35% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas. Em minha opinião, esse é um percentual pequeno, até porque o que objetiva um projeto de Bolsa Universitária é, de forma precípua, atender ao aluno oriundo da escola pública, pessoa carente e humilde. Pode atender também às pessoas de classe média? Pode! Mas o objetivo principal de um projeto que crie um programa de renda universitária é atender ao aluno que vem da escola pública e dar uma chance e essa pessoa de poder concluir seu curso superior.

Portanto, eu vou votar favoravelmente a esse projeto, não tenho nenhuma dúvida quanto a isso, mas penso que esse percentual de 35% é pequeno!

Em segundo lugar, eu penso que o Programa da Bolsa Universitária deveria ter uma contraprestação em termos de serviço social. Isso ajudaria o estudante a crescer, inclusive como cidadão e ser humano. Uma dessas questões poderia ser, por exemplo, ajudar na alfabetização de adultos. Qualificar-se para ser alfabetizador de adultos e alfabetizar pessoas. Com isso o estudante cumpriria três papéis. Primeiro, alfabetizaria pessoas que precisam aprender a ler e escrever. Essa é a maior dívida que o Estado brasileiro tem com a parte mais pobre da sociedade! Segundo, ajudaria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	21

o estudante a concluir o curso superior com que ele tanto sonhou. Terceiro, ajudaria esse estudante a crescer também como ser humano, pois ele teria contato com uma realidade totalmente distinta da dele, com pessoas que não tiveram as chances na vida que ele está tendo. Isso o ajudaria a crescer inclusive como ser humano. Penso que é um ótimo projeto, até porque muitas pessoas não têm condições de fazer seu curso superior, e cabe ao Estado propiciar essas condições! Não é somente filho de família rica que pode concluir uma faculdade. Filho de família pobre tem de ter esse mesmo direito, e cabe ao Estado propiciar isso! Aliás, o Estado brasileiro tem as prioridades equivocadas: gasta muito em obras físicas e pouco em Educação. O Estado brasileiro gasta em Educação metade do que a Coréia do Sul gasta em seu Orçamento público! Isso é um crime com as futuras gerações! Talvez porque as obras físicas apareçam mais para a população, são mais visíveis do que investir em recursos humanos, investir no futuro.

O grande equívoco dos legisladores deste País é ter feito opções equivocadas em termos de prioridades. É preferir o investimento em obras ao em Educação. E essa mudança tem de ser feita no Orçamento, colocando-se mais recursos em Educação.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero falar aos estudantes que vão ser contemplados com o Projeto Bolsa Universitária: vocês nunca devem se esquecer de que a razão principal de estarem ali não é apenas seu futuro – e eu tenho de ser sincero ao dizer isso. É o futuro da sociedade! Vocês devem pensar no bem comum, no futuro desta sociedade e em tudo o que queremos construir no futuro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, próxima oradora inscrita.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é sobre o assunto em votação: eu gostaria de conversar algumas coisas sobre esse assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não, Deputado Roberto Lucena! V.Exa. quer é se inscrever para discutir a matéria.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – É!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – V.Exa. está inscrito, então. E será chamado na ordem de inscrição.

A próxima oradora é a Deputada Eurides Brito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	22

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer três observações ao me congratular, na tarde de hoje, com os estudantes que aqui estão pela aprovação, em primeiro turno, desse projeto de lei. Eu não poderia me furtar a fazer essas três considerações, antes ressaltando ao Setor de Taquigrafia que o projeto foi aprovado nos termos do substitutivo! Porque a Assessoria de Plenário achou que isso não tinha ficado claro. Então, quero esclarecer esse ponto. A primeira consideração que faço é a seguinte: todo projeto de lei ou toda lei precisa, progressivamente, ser aperfeiçoada. E essa observação vai para as universidades e faculdades isoladas que serão contempladas pelo Programa Bolsa Universidade. Estas deveriam, no meu entendimento, para ingressar nesse programa, disponibilizar vagas em todos os cursos oferecidos, não apenas em alguns determinados cursos! Porque isso, ao invés de se tornar um benefício, poderá se transformar em uma tremenda discriminação. Por exemplo, a faculdade se inscreve, é aceita no Programa, tem curso de Direito, mas não abre vagas para bolsistas nesse curso. Só abre vagas para bolsistas em determinados cursos. E assim por diante. Eu acho que essa discriminação não poderia existir. Para uma faculdade ingressar no Programa, deveria disponibilizar vagas no espectro dos cursos oferecidos! Senão, vai ser criada uma casta! Haverá cursos, no Brasil, destinados a pobres e cursos destinados àqueles que podem pagar realmente altas mensalidades. Então, acho que essa não é uma questão ainda bem tratada pela proposição. Não creio que esteja bem resolvida da forma como está.

A outra observação é a de que não se direcionem os universitários para este ou aquele programa social! Eles não podem ser dirigidos! Por exemplo, estes vão trabalhar em asilos; aqueles, em creches. Nós devemos respeitar a vocação do universitário. Se não se respeitar a vocação do universitário, a Bolsa perderá um dos seus objetivos: servir de estágio. Desde que o aluno entra na universidade, ele já poderia ser encaminhado para um tipo de serviço que tenha uma correlação com o curso em que está matriculado. Aí, todos ficariam bem servidos! O universitário vai prestar aquelas horas de serviço de bom grado, porque aprenderá e reforçará seus conhecimentos no curso em que está matriculado. E os que estão envolvidos naquele ambiente não serão prejudicados com um estagiário que não tem o menor talento para desenvolver a atividade proposta, o qual poderia estar em outra atividade, desenvolvendo seu talento de forma mais satisfatória.

A última observação é que eu espero seriedade na seleção dos bolsistas. A Bolsa deve ir para quem realmente precisa e não para aquele que tem quem o indique. Essa é uma condição primordial, senão ela deixa de ser uma Bolsa para universitários carentes para se transformar numa Bolsa de protegidos políticos. Realmente, acho que o programa não pode se enquadrar num espectro dessa natureza. Aos estudantes, digo: não se vendam. Lutem pela Bolsa dentro dos critérios e denunciem quem aparecer oferecendo facilidades de matrículas para que vocês tenham compromissos prematuros, precoces com candidato A ou candidato B.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	23

Isso não deve existir. Nossa consciência vale muito mais do que uma bolsa de estudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a pala ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz questão de debater esta matéria porque acho que, quando falamos em Bolsa Universitária, estamos tratando de inclusão, muitas vezes, de jovens oriundos de escolas públicas que não têm oportunidade de ingressar na universidade pública. Existe aqui uma inversão de valores. Muitas vezes, os alunos oriundos das escolas particulares, por terem condições de frequentar cursinhos, têm acesso à universidade pública; e os alunos oriundos das escolas públicas, por não terem condições de concorrer, muitas vezes, com os alunos egressos das escolas particulares, ficam à margem das universidades particulares.

Hoje, há excesso de universidades particulares no Distrito Federal, o que, de certa forma, também compromete a qualidade do ensino oferecido.

Neste País, o ensino técnico profissionalizante não é valorizado. Em países desenvolvidos, existe a opção de mercado de trabalho para o ensino técnico-profissionalizante. No Brasil, se a pessoa não tiver um curso de nível superior, está excluída do mercado de trabalho. Então, é importante também fazermos essa reflexão: deveria existir neste País e nesta cidade uma alternativa entre o ensino médio e o ensino superior. O ensino técnico-profissionalizante é que deveria capacitar a mão-de-obra qualificada. Assim, o nível superior não necessariamente deveria ser a única opção de acesso ao mercado de trabalho.

Em relação ao projeto apresentado, quero me somar à Deputada Eurides Brito no que diz respeito a essa segregação. Se o Estado vai contribuir com a mensalidade desses alunos, que eles tenham direito de acesso a todos os cursos oferecidos pela universidade, que não seja feita discriminação de cursos. Seria extremamente injusto com esses estudantes que, na universidade, existissem turmas e cursos para bolsistas e que outros cursos fossem abertos para aqueles que têm condições de custear as mensalidades. Sr. Presidente, talvez isto tenha de ser uma determinação desta Casa: que seja universalizado aos alunos o direito de acesso a todos os cursos das universidades que estiverem credenciadas para atender a esses alunos.

Por fim, não deve haver apadrinhamento de universitários para o programa de bolsas. Isso seria uma distorção do projeto. É fundamental que todos os alunos tenham direitos iguais de concorrer a essas vagas e que elas permitam que esses alunos tenham acesso aos cursos que acharem convenientes.

Aos jovens que aqui estão hoje participando da sessão, quero dizer que isso é muito bom, porque é um mecanismo de pressão e demonstra que há interesse por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	24

parte da sociedade. Durante muitos anos, tentaram desestruturar o movimento estudantil, os grêmios estudantis, as escolas, tentando imputar uma pecha de que a juventude do Distrito Federal é alienada e não participa dos movimentos. Este plenário lotado hoje é a prova de que há, sim, mobilização por parte dos estudantes do Distrito Federal e de que eles querem e vão acompanhar a transparência do projeto da Bolsa Universitária. Desejo sorte a todos. Eu gostaria de declarar que o meu voto será favorável ao projeto, mas com a ressalva de que tenha a universalidade de acesso e de que os estudantes tenham o direito de escolher o curso mais adequado à vocação deles.

Um grande abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estudantes aguerridos, incansáveis e, acima de tudo, que sabem brigar pelos seus direitos, esta lei vem na perspectiva não do favor, mas da obrigação do Estado. O Estado tem de cuidar da nossa juventude, de cuidar da nossa sociedade. O Estado que sabe da importância do jovem e dos estudantes sabe da importância da academia no cotidiano da nossa sociedade. É bom dizer que os estudantes vão pagar a Bolsa Universitária, mas vão pagar com dedicação, com o trabalho para a sociedade, para não deverem favor para ninguém e para que este projeto venha na perspectiva do direito e não na perspectiva do favor. Só quem estudou em faculdade privada sabe o quanto é difícil pagar altas mensalidades neste nosso País. E, no Distrito Federal, não é diferente. O jovem não precisa do peixe, ele só quer uma varinha para pescar o seu peixe.

Deputado Rogério Ulysses, Deputada Luzia de Paula, Deputado Cabo Patrício, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Pedro do Ovo, Deputado Paulo Tadeu, Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Roriz, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Leonardo Prudente, Deputado Milton Barbosa, Deputado Roberto Lucena, Deputado Alírio Neto, Deputado Dr. Charles, Deputado Wilson Lima, Deputada Eliana Pedrosa, eu não tenho dúvida de que esta Casa faz história hoje, porque ela trabalha na perspectiva de valorizar a nossa juventude, que é a massa pensante desta sociedade e que levará o Distrito Federal para o progresso.

Teremos orgulho de ir à formatura de vocês, estudantes, e vê-los pegando o canudo e jogando o chapéu para o alto. Parabéns! Que Deus os abençoe.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo, até mesmo em respeito aos estudantes,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	25

para que votemos imediatamente o projeto. Os estudantes estão aguardando desde as 14h. Solicito aos Deputados que forem discutir que abreviem a discussão, para começarmos rapidamente a votação. Inclusive, estou abrindo mão da minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, prezado Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, serei bem rápida na minha fala, mas é importante pontuar algumas coisas aqui em função do que já foi dito. Eu tive a oportunidade de trabalhar neste projeto no Executivo por muito tempo. E hoje tive a felicidade de estar de volta à Câmara Legislativa para poder votar no projeto. Trabalhei e vou votar. Eu gostaria de chamar a atenção de todos os universitários sobre a importância da Câmara Legislativa. Embora eu e várias outras pessoas do Governo, o José Humberto, o Consultor Jurídico, a Procuradoria Jurídica estivéssemos debruçados nesse projeto por muito tempo, esse projeto chegou a esta Casa e foi aperfeiçoado. Foi preciso que os Deputados e os seus assessores participassem para torná-lo mais justo. Então, quero que vocês saiam desta Casa com o sentimento da importância da Câmara Legislativa e do trabalho parlamentar de cada um dos que estão aqui.

Na manhã de hoje, muitas emendas foram apresentadas, do Deputado Paulo Roriz, do Deputado Leonardo Prudente, de minha autoria, dos Deputados da Bancada do PT, do Deputado Alírio Neto, do Deputado Reguffe, do Deputado Berinaldo Pontes, do Deputado Rogério Ulysses... Todos nós tivemos a oportunidade de apresentar nossas contribuições. Hoje, no projeto que votaremos, não é a faculdade que diz o curso que o aluno vai fazer, não! É por demanda. Se o aluno faz Direito, ele tem o direito de obter a vaga de Direito; se faz Medicina, ele tem direito à vaga de Medicina; se faz Engenharia, ele tem direito à vaga de Engenharia. Agora, será dada a vaga no curso que o aluno que preenche as condições quer fazer.

O Deputado Reguffe disse aqui, e nós todos já havíamos concordado, que principalmente os alunos egressos de escola pública têm de ter direito a essas vagas. Então, estão reservados – e estamos trabalhando nessa emenda – até, no mínimo, 50% das vagas aos alunos egressos de escolas públicas.

É importante dizer que esta Câmara Legislativa, por meio do trabalho de cada um dos seus Parlamentares, está atenta ao clamor das ruas, está atenta ao que a sua juventude tem a dizer, e nós damos o recado.

Parabéns para vocês que lutaram por esse direito! Parabéns a cada um dos Parlamentares desta Casa. E vamos para a grande vitória, que é a aprovação desse projeto. Muito Obrigada!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	26

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores não poderíamos deixar de debater o tema, primeiro pela importância do projeto; segundo, porque o Governo Federal, o Presidente Lula, instituiu o ProUni, que hoje atende a milhares de estudantes em todo o País e aproximadamente oito mil e quinhentos estudantes em universidades particulares do Distrito Federal. Por intermédio do ProUni, demonstrou-se o quanto foi acertada essa política, o quanto possibilitou, Deputado Cristiano Araújo, o acesso de diversos brasileiros à universidade, portanto, ao ensino superior. Queremos chamar a atenção dos estudantes e da Imprensa para as mudanças efetuadas no projeto original do Governo a partir das emendas da Bancada do Partido dos Trabalhadores e dos demais Parlamentares também.

A primeira questão é que ainda estamos preocupados porque o Governo do Distrito Federal não sinalizou, de maneira clara, quantos jovens quer atender no Distrito Federal com o referido programa. Foi dito verbalmente – não está escrito - que o Governo quer chegar ao número de dez mil estudantes no Distrito Federal. Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores achamos que isso é pouco. Ora, se o Governo Federal já atende a oito mil e quinhentos estudantes aqui no Distrito Federal, tenho certeza de que o Governo local pode ampliar esse número para garantir que um maior número de estudantes tenha acesso ao ensino superior.

Quero destacar, também, Sr. Presidente, por meio da ação do nosso Líder, Deputado Cabo Patrício – e chamo a atenção do Deputado Reguffe –, que o projeto original do Governo não estabelecia cotas, por exemplo, para os estudantes do ensino público. E foi por intermédio da emenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputada Erika Kokay, que conseguimos, com as negociações, colocar no projeto os 35%. Ora, se existe hoje uma cota de 35% para alunos oriundos das escolas públicas, Deputado Cabo Patrício, é pelo trabalho feito por diversos Parlamentares, inclusive, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Outra contribuição importante foi a cota para pessoas portadoras de deficiência, que não constava da proposta original do Poder Executivo. Foi a partir da proposta da Bancada do Partido dos Trabalhadores, discutida com os demais partidos, que ampliamos esse acordo.

Outra questão importante foi a cota para alunos da raça negra. Houve acordo entre todos os partidos políticos para que o percentual dessa cota fosse de 5%. Estamos seguindo a tendência do cenário nacional e do ProUni.

Existe também uma questão fundamental levantada pela Deputada Eurides Brito que queremos reforçar. Foi a partir de uma emenda trabalhada por todos os partidos e pela Bancada do Partido dos Trabalhadores que conseguimos estabelecer critérios de transparência, como, por exemplo, a publicação do edital nos sites do Governo. Por meio das emendas, estabelecemos critérios que darão transparência à escolha. Sem isso, a Bancada do Partido dos Trabalhadores seria contrária à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	27

aprovação do projeto. Mas, com as modificações citadas por mim, não tenho dúvida de que temos de aprovar esse projeto, pois melhorará a vida de milhares de estudantes.

A única questão em que não conseguimos avançar e que apresenta uma mudança significativa entre o que determina o ProUni e o que determina o Bolsa Universitária é a exigência da contrapartida por parte do projeto do Poder Executivo – isso não foi mudado. No ProUni, não existe contrapartida, o que significa mais facilidade para que os estudantes possam ter a Bolsa Universitária. Aqui o Governo está exigindo, como contrapartida, mesmo para alunos que estudam de manhã, à tarde, a prestação de serviços sociais ou mesmo serviços em escolas. Esse foi o único ponto em que não conseguimos avançar. Queríamos retirar as contrapartidas, pois isso atrapalha o aprendizado do aluno. O estudante precisa ter liberdade para estudar, tem de ter o pensamento voltado para o estudo. Não se deve exigir contrapartida. Muitos estudantes têm de trabalhar o dia inteiro para poder sustentar a si mesmo e à família nessa difícil vida. Estamos felizes com as mudanças feitas no projeto e esperamos muito que o Governo do Distrito Federal possa ampliar o benefício para todos os jovens de nossa cidade.

Muito obrigado e parabéns aos estudantes que aqui estão.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a única coisa que peço é que vigiem seriamente a distribuição. Tudo já foi falado. Agora tem de haver uma transparência. Poderíamos até arrumar uma forma de vigilância. Quanto mais a pessoa for necessitada, mais precisa possuir a Bolsa, independentemente de ser aleijado, branco ou negro. Deve haver punição ao aluno que, mesmo tendo condições financeiras, receber a Bolsa. A punição deve ser para o aluno e para quem o favoreceu .

Era o que eu tinha a dizer. Meus parabéns aos estudantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria saudar cada um e cada uma de vocês na Câmara Legislativa. Hoje daremos visibilidade às paredes e aos tetos de vidro que existem nesta cidade. Falo isso porque temos aqui um Ensino Médio que tem basicamente uma única finalidade: o cumprimento de degrau por degrau das séries. Isso tem por única finalidade que os meninos e as meninas cheguem à universidade. Após o último degrau, a porta está fechada para a maioria das pessoas que moram nesta cidade. A universidade pública não foi feita – como é hoje – para abarcar todas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	28

e todos. A faculdade privada, muitas vezes, tem um preço que é absolutamente proibitivo para a maioria da população do Distrito Federal.

Portanto, não temos aqui o ensino técnico, como disse o Deputado Rogério Ulysses, ou pelo menos não temos em quantidade suficiente; temos um ensino que só serve para se galgar a condição de universitário. Após anos de estudo, encontramos as portas fechadas.

Ao aprovarmos a Bolsa Universitária, estamos reconhecendo que a nossa universidade pública não comporta todas as pessoas. E é por isso que nós do Partido dos Trabalhadores apoiamos o Renda Universitária, apoiamos a Bolsa Universitária, porque ela vem na lógica do ProUni, a lógica de construir uma sociedade em que tenhamos igualdade de oportunidades, em que quem queira ser advogado, pedagogo, professor... tenha condição de sê-lo, independentemente da família em que nasceu. Por isso a nossa preocupação foi estabelecer uma cota de 35% dos meninos e das meninas que concluíram o Ensino Médio e vieram de escola pública.

A contrapartida que o Governo deveria exigir de vocês era apenas uma: que vocês se formassem e se tornassem excelentes profissionais para cumprir uma função fundamental para a cidade e para o País. Se é legítima a contrapartida que estão exigindo de vocês, também deveria se cobrar contrapartida dos alunos que estão em universidades públicas, porque ali tudo é custeado pelo povo brasileiro, tudo é custeado pelo Estado brasileiro. E não se exige contrapartida de quem está em universidade pública, muitas vezes, oriundo de cursos de altíssimos valores durante o Ensino Médio.

Por isso nós queremos – e falo isso porque os meus filhos e a minha filha estudam em escola pública – que a escola pública seja uma escola de extrema qualidade. Mas queremos, além disso, que a universidade não tenha em seus bancos escolares apenas aqueles que tiveram como pagar cursinhos e cursos caríssimos no Ensino Médio.

De nada valeria o nosso esforço se não assegurássemos transparência nos critérios, porque seria a velha lógica do País do favorecimento, a velha lógica do “quem indica” para que as pessoas fossem beneficiárias da Bolsa Universitária.

Hoje, conseguimos, a partir do esforço da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que os critérios sejam claros, que todos possam solicitar informações às universidades, que possam entrar com recurso, que exista realmente a transparência para que vocês possam se formar e dizer: o meu esforço se concretizou neste momento.

Parabéns para vocês.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	29

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, juntamente com o Deputado Paulo Tadeu, a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Milton Barbosa, vamos apresentar uma emenda de segundo turno a esse projeto exigindo o mínimo de 50% para alunos oriundos de escolas públicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Na verdade, Deputado Reguffe, alerta a V.Exa. que, na hora do seu discurso, sugeri à Deputada Eliana Pedrosa que fizéssemos a emenda e convidássemos todos os Deputados para assiná-la, passando para 50%, no mínimo, o percentual para os alunos vindos do ensino público.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoas da galeria, imprensa e todos aqui presentes, quero parabenizar a todos por fazer este dia de hoje acontecer. Quando vejo esses jovens aqui presentes lutando por um direito, fico muito animado porque entendo que sem educação e saúde não vamos a lugar algum. Entendo que educação vem em primeiro lugar. Por meio da educação nós teremos todas as outras coisas. Eu sempre penso em como, no nosso País, o acesso à educação superior é deficiente. Agora, com essa Bolsa Universitária, os jovens poderão cursar realmente o ensino superior e poderão fazer parte da elite pensante deste País.

Não interessa às pessoas que estão tomando conta do País, hoje, que tenhamos gente esclarecida, pessoas preparadas, pessoas que tenham condições de acesso à educação para discutir os grandes problemas brasileiros e da nossa cidade.

Então, parabéns a todos os alunos, principalmente aos das escolas públicas.

Felicidades a todos.

Que juntos construamos uma Brasília e um Brasil melhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na realidade, já ouvimos aqui dos colegas e das colegas da nossa Bancada e da base do Governo que a educação é fundamental e que sem ela não há forma de resolver os problemas de um país. Causa-nos muita tristeza – sei que os colegas enfrentam isso – quando bate a nossa porta um estudante ou uma estudante que quer ter oportunidade de fazer um curso superior e entrar no mercado de trabalho e não tem essa oportunidade porque não pode pagar a faculdade. É muito triste porque assim não há competitividade. Há os que podem efetivamente e há aqueles que querem, mas não têm como se candidatar a empregos, a colocações lícitas. Não podem ser felizes com o fruto do seu próprio trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	30

Sr. Presidente, somos defensores há muito tempo da Bolsa Universitária. O Presidente Lula inovou no Brasil com o ProUni, oferecendo vagas a quase quinhentos mil universitários. Aqui no Distrito Federal é preciso elogiar a iniciativa. Não é apenas a iniciativa, mas o trabalho que fez esta Casa no seu Colégio de Líderes. A nossa Bancada importou-se especialmente em dar transparência e estabelecer critérios para que tivessem oportunidade não apenas aqueles que fossem amigos do rei, mas todos os outros também que quisessem ter um lugar ao sol. Lembro-me da Lei dos Concursos. Lutamos muito tempo por isso. Agora, em debate com o Governo, ele assegura que vai enviar uma lei e nós seremos a Unidade da Federação que, pela primeira vez no Brasil, terá regras para concurso público.

O Colégio de Líderes, por meio das assessorias, transportou os critérios estabelecidos na Lei dos Concursos para a lei da Bolsa Universitária, de maneira que todos, independentemente de sua origem, credo, convicção religiosa, possam efetivamente entrar no curso superior e se preparar para o mercado de trabalho.

Penso que a grande vitória que temos hoje não é apenas colocar a educação em primeiro lugar, não é apenas aprovar a Bolsa Universitária para dar oportunidade àqueles que precisam lutar por um lugar ao sol sem indicações politiquieiras, sem serem utilizados como moedas eleitoreiras; é também estabelecer transparência e critérios de maneira que a Bolsa Universitária seja acessível a todos. E nós estaremos fiscalizando a distribuição das Bolsas, que é ainda mais importante. Deputado Milton Barbosa, Deputado Cristiano Araújo, alerta a todos os Colegas para que a aplicação corresponda ao interesse da lei. Todos os brasilienses, as brasilienses e, principalmente, nós Parlamentares seremos fiscais para que todos tenham um lugar ao sol, com dignidade, com licitude, e possam lutar por suas vidas sem precisar pedir um favor e tremular bandeiras vermelhas, verdes, amarelas, ou de qual cor que seja.

Este é um programa de Estado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Esta Presidência consulta a Deputada Eliana Pedrosa se a emenda já foi assinada, porque, caso esteja, podemos votá-la em primeiro turno. (Pausa.)

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	31

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência agradece a presença dos estudantes na galeria da Câmara Legislativa.

Parabenizo o Secretário Izalci Lucas, esta Casa e o Governo do Distrito Federal pela aprovação do projeto. Esperamos que, no semestre que vem, os estudantes do Distrito Federal já estejam contemplados com a Bolsa tão merecida.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dando prosseguimento à pauta, daqueles projetos que já foram acordados e estão na pauta de prioridade do Poder Executivo, temos para primeiro turno apenas: o item nº 41, que já foi votado; o item nº 15, que trata do primeiro turno do Riacho Fundo, sem emendas; o item nº 17, referente ao risco dos policiais; o item nº 18, relativo ao Fundo da Pobreza; o item nº 19, relativo ao Programa Vida Melhor, apenas o primeiro turno, sem emendas; o item nº 21, relativo à transferência de renda; o item nº 22, que trata do crédito suplementar, e o item nº 23, referente à homologação de regime especial.

Esses são os projetos de primeiro turno, com prioridade, para votação neste semestre. Naturalmente, após a votação desses itens, haverá a apreciação, em segundo turno, desses e dos que já estão na pauta, que são os itens nºs 1,2,4,5,6,7,8,9 e 10.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Leonardo Prudente, temos o acordo com os Deputados de que iríamos votar os projetos dos Parlamentares e, em seguida, entrariamos na pauta do Governo. Já votamos um projeto do Governo neste momento.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Também já votamos vários projetos de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Sim, mas ainda há pelo menos oito ou dez Parlamentares que ainda não tiveram os seus projetos votados. Se o Plenário da Casa, os Parlamentares, quiserem refazer o acordo, não há problema para esta Presidência. Apenas me preocupa o fato de termos um acordo anterior. Já são 17h; o ritmo dos trabalhos estava indo bem. A minha sugestão é “tocarmos o barco” com relação à pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	32

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda não tive um projeto de Parlamentar apreciado nesse processo. Contudo, há um projeto que visa colocar o nome do Prof. Carlos Mota, em homenagem a ele, na Escola do Lago Oeste. Creio que ele deveria ser de todos os Parlamentares. Aliás, todos os Parlamentares estão de acordo com ele. Eu não queria que fosse transformado em um projeto de minha autoria, porque não dá a dimensão real de quanto a morte do professor abalou todas e todos nesta Casa.

Abro mão do meu projeto de Parlamentar para que esse seja aprovado, a fim de fazer uma homenagem, ainda no momento em que as pessoas estão comovidas com o assassinato. Eu gostaria que fosse de autoria de todos os Parlamentares, que não entrasse na cota do Parlamentar "A" ou "B".

Outro aspecto é que também há um acordo dos Líderes, no sentido de que seja votado o Título de Cidadão Honorário *post-mortem*, que acho que deveria ser da iniciativa de todos os Parlamentares, pelo que representou de dor o assassinato do Prof. Carlos Mota, diretor da Escola do Lago Oeste. Então, já havia um compromisso, ainda na semana passada, de que seria colocado em votação e estamos, hoje, talvez no nosso último dia de trabalho, neste período legislativo.

Eu gostaria que fossem contemplados esses dois projetos. Se for o caso, que seja colocado como de minha autoria, para que possa fazer parte da cota dos Parlamentares. Eu não gostaria que fosse assim, porque também estavam presentes à homenagem os Deputados Raimundo Ribeiro, Raad Massouh, Eurides Brito, o Secretário de Educação e várias pessoas que se comoveram. Enfim, não é uma questão de um Parlamentar ou de um partido. É uma questão do conjunto desta Casa, que é, simbolicamente, uma defesa da educação e um manifesto contra a violência.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa., já que não tem nada contra ela. Basta que o projeto seja apresentado à Mesa, assinado por todos os Deputados, para ser incluído na pauta.

Esta Presidência retifica o resultado da votação anterior do Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008. Na verdade, o projeto foi aprovado com 23 votos "sim" e 1 ausência.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 61, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "dispõe sobre a pesagem obrigatória de botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo - GLP à vista do consumidor".

Relatores: Deputado Wilson Lima

- CDC



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	33

Deputado Chico Leite - CCJ.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Defesa do Consumidor.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 61, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “dispõe sobre a pesagem obrigatória de botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo - GLP à vista do consumidor”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade da matéria.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 61, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 32:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, dos contratos firmados, por meio de *call center* e formas similares, aos contratantes e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CDC

Deputado Milton Barbosa - CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	34

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 490, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem prejuízo do acordo já estabelecido pelos Líderes, quero chamar a atenção dos Parlamentares desta Casa para que possamos apreciar as matérias de autoria do Poder Executivo constantes da pauta, em virtude da urgência delas, entre elas a LDO. Em seguida, Deputado Leonardo Prudente, caso haja necessidade, apreciaremos as matérias de autoria dos Parlamentares. Porém, acho fundamental fazermos dessa forma, senão corremos o risco de apreciarmos centenas de projetos de Parlamentares em detrimento da pauta central, já estabelecida.

Continuo insistindo em dizer que o mais importante é que V.Exa., na condição de Presidente, e o Deputado Leonardo Prudente exijam do Governo a regulamentação das leis já aprovadas no primeiro semestre, aquelas sancionadas. Pelo menos isso! Não estou nem falando das que foram promulgadas. E que possamos apreciar os projetos de autoria do Poder Executivo.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, compreendo a ponderação do Deputado Paulo Tadeu, principalmente no tangente à regulamentação das leis, observando, inclusive, que devemos ir ao Ministério Público se elas não forem regulamentadas no prazo legal, o prazo que elas mesmas fixam. Elas têm uma eficácia plena. Porém, acho necessário apreciarmos os projetos dos Parlamentares de acordo com o entendimento mantido. O que podemos é, de alguma sorte, operar as votações pela ordem que estão sendo colocadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	35

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja observada prioridade à apreciação do item nº 13, um projeto de minha autoria, que cria o Dia da Imprensa Alternativa, cuja data de comemoração, por coincidência, é hoje. É uma matéria que está há dois meses aguardando ser apreciada. Se ela não for votada hoje, chamarei o meu Bloco, chamarei o Deputado Cabo Patrício e sairemos do plenário. Com todas as letras: ou o projeto de lei de minha autoria é votado ou o meu Bloco sairá do plenário, e convidarei o Deputado Cabo Patrício para ir junto comigo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acompanho o Deputado Milton Barbosa, e também gostaria que o meu projeto fosse votado hoje, pois já solicitei isso à Presidência e tive o consentimento de todos os Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O projeto de V.Exa. será apreciado agora, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendendo ao comunicado do Deputado Milton Barbosa, o Partido dos Trabalhadores também sairá em retirada do plenário, juntamente com o bloco de S.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma Casa do povo, composta, evidentemente, por representantes do povo, e o que tem menos importância aqui são os Parlamentares. Quando se vota um projeto, ele não é regulamentado. Quando se dá nome de uma pessoa viva a uma Vila Olímpica hoje, com a lei em vigor, vira uma parafernália total. Se não for votado o projeto que estamos discutindo aqui, nós vamos embora.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, devemos encerrar essa discussão e continuar com o encaminhamento que estava sendo feito, o de votar os projetos dos Parlamentares, porque já teríamos votado pelo menos dois projetos de Parlamentares, se não estivéssemos discutindo em que votarmos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	36

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não queria criar toda essa celeuma, mas, se for da concordância de todos, que votemos, então, hoje, alguns projetos, e entremos no mês de julho adentro para votar as matérias, pois assim daremos conta do recado.

No mês de julho, poderíamos, inclusive, não entrar de recesso e ficar votando as matérias. O que não tem sentido é o seguinte: nesta pauta, há projetos de vários Parlamentares, mas de muitos outros não há. Há Deputados que ainda não têm projetos aprovados. Há Deputados que estão abrindo mão de votar projetos aqui, exatamente para agilizar a votação das matérias que foram acordadas e que vão ao encontro de toda uma necessidade social. Agora, se for o caso, não há problema, não votaremos a LDO; temos sexta-feira e o mês de julho todo para votarmos esta pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 34:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 716, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de banheiros químicos para deficientes nos espaços públicos concedidos a terceiros para a realização de eventos de qualquer natureza, no âmbito do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputado - CCJ.

A matéria já recebeu o parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa de Plenário nº 1, de 2008, ao Projeto de Lei nº 716, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de banheiros químicos para deficientes nos espaços públicos concedidos a terceiros para a realização de eventos de qualquer natureza, no âmbito do Distrito Federal”.

A ementa, por si só, esclarece o conteúdo do projeto. A matéria, que já foi tratada na comissão de mérito, vem a esta Comissão para que se argua a sua constitucionalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	37

O autor apresenta uma emenda de Plenário para melhorar a redação do art. 1º. Ele agora estabelece, na emenda, o percentual de 10% (dez por cento) de banheiros químicos destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

Sr. Presidente, não há nenhum obstáculo que inviabilize o projeto sob o ângulo da constitucionalidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda Modificativa de Plenário nº 1, de 2008, ao Projeto de Lei nº 716, de 2008, de autoria do Deputado Bernaldo Pontes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de banheiros químicos para deficientes nos espaços públicos concedidos a terceiros para a realização de eventos de qualquer natureza, no âmbito do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação da Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Bernaldo Pontes.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 716, de 2008. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	38

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estive hoje atenta para acompanhar a discussão, no Superior Tribunal de Justiça, da Lei Maria da Penha, que prevê, quando há lesão corporal, a impossibilidade de renúncia da ação – ela passa a ser de interesse público.

Nós já tivemos duas vitórias por obra do Tribunal de Justiça, vitórias estas provocadas pelo Ministério Público. Em uma delas, o agressor recorreu ao Superior Tribunal de Justiça. Hoje, o julgamento acabou por não acontecer no STJ, porque são três processos, dois recursos do Ministério Público à decisão de suspender o processo do Tribunal de Justiça. É um recurso do agressor contra a decisão do Tribunal de Justiça de prosseguimento da ação.

Não podemos permitir que se transfigure a Lei Maria da Penha. Foi solicitado vista. O Ministro Gallotti decidiu unificar os três processos e dar parecer único.

Eu falo isso porque tivemos mais um assassinato de mulher aqui no Distrito Federal na madrugada de hoje. Trata-se da sobrinha do Deputado Augusto Carvalho, filha do seu irmão, de 35 anos, Joslane Azevedo de Carvalho, que deixou dois filhos, Mateus, de 9 anos, e Bianca, de 5 anos.

À 1h30min, seu namorado, de 36 anos, a convidou para uma conversa no carro na quadra em que ela morava. Ele a assassinou com um tiro na cabeça, foi a sua residência e compareceu à delegacia ainda com o corpo dela no carro.

Mais um assassinato de mulher aqui no Distrito Federal que se soma às dezenas de mortes femininas neste ano. Torcemos para que a Lei Maria da Penha não seja transfigurada, a fim de que tenhamos uma vida sem violência contra as mulheres.

Nossa solidariedade à família do Deputado Augusto Carvalho, que sofre com a dor da perda de uma jovem mãe, assassinada por seu namorado.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	39

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras da Deputada Erika Kokay. Não cheguei a me pronunciar sobre esse assunto no plenário, pois não ocorreu a votação, hoje, no Superior Tribunal de Justiça. Mas esse é um fato a que todos nós da sociedade precisamos estar atentos. Muitas vezes – sabemos disso – a mulher retira a queixa por medo de que algo ainda pior lhe aconteça. Nesse estado em que a mulher não pode decidir a própria vida, precisamos estar alertos para ficarmos ao lado dessas mulheres vitimizadas.

Muito obrigada.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço também minhas as palavras das minhas antecessoras. Solidarizo-me com os sentimentos do Deputado Augusto Carvalho e de sua família neste momento.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Srs. Deputados, Lideranças, Líder de Governo, alguns Deputados estão apelando para que iniciemos a votação da pauta encaminhada pelo Governo.

Na reunião ocorrida ontem com os Deputados, acordamos que votaríamos primeiro os projetos dos Parlamentares. Já votamos projeto de sete Deputados.

Consulto o Plenário se entramos na pauta do Poder Executivo ou se continuamos com a pauta dos Parlamentares.

Três Parlamentares, no mínimo, fizeram esse pedido à Mesa. Se nenhum Deputado se manifestar, a Mesa atenderá aos pedidos desses Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entraremos em recesso, período em que devemos exercer certas atividades, conforme disponibilidade de alguns templos, de algumas pessoas que chegam a Brasília.

O Projeto de Decreto Legislativo nº176 trata da concessão de título de Cidadão Honorário que pretendo conceder agora no mês de julho. Solicito a V.Exa. que inclua este projeto na ordem do dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Com certeza, Deputado Brunelli. Incluiremos este projeto na ordem do dia.

Seguiremos com a pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	40

Item nº 33:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 908, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "estabelece regras para concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal".

Relatores: Deputado - CAS
Deputado - CEOF
Deputado - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 908, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "estabelece regras para concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal".

Estudamos a matéria minuciosamente. Não encontramos nada que obstaculize a tramitação do projeto. Portanto, no mérito, somos pela admissibilidade da matéria.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 908, de 2008, de autoria da Deputada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	41

Eliana Pedrosa, que "estabelece regras para concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal".

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 908, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "estabelece regras para concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós, que havíamos tido conhecimento do projeto anteriormente a este momento, não vislumbramos qualquer óbice que impeça o seu prosseguimento.

Portanto, votamos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 908, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	42

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 36:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal".

Relatores: Deputado - CEOF
Deputado - CAS
Deputado - CCJ.

A matéria não possui o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nem da Comissão de Assuntos Sociais, nem da Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	43

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que “institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que “institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal”.

O projeto é meritório, vem ao encontro dos anseios do grande número de funcionários que tem o Governo do Distrito Federal. Eu já havia tido contato com essa proposta na Comissão de Assuntos Sociais e não encontrei ali, como aqui também não encontro, óbice ao seu prosseguimento. Em face disso, voto pela sua admissibilidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	44

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 883, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados. Houve 23 votos favoráveis e um voto contrário.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que o item nº 35 seja votado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o item nº 24 da pauta é de autoria do Deputado Aylton Gomes. S.Exa., quando esteve nesta Casa, no exercício do mandato, fez uma concessão. Inclusive, o seu projeto foi retirado naquele dia para entrar o meu porque havia uma urgência, e nós tínhamos nos comprometido de que esse projeto seria apreciado ainda neste semestre.

Portanto, solicito a essa Presidência que apreciemos o Item nº 24, mesmo sabendo que seu autor não está no exercício do seu mandato, mas o tema é muito interessante, uma vez que estamos num momento de combate à violência e o referido projeto trata de bebidas alcoólicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Eurides Brito, a Mesa não tem nenhum óbice à votação do projeto, mas foi feito um acordo na nossa reunião de que só votaríamos projetos dos Parlamentares presentes na sessão. Agora, se os Líderes não se manifestarem contrariamente, poderemos apreciar o item nº 24.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, eu posso contatar com os Líderes para solicitar a apreciação do referido item?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	45

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Certamente, Deputada Eurides Brito. O Deputado Cabo Patrício, Líder do PT, está aí atrás, por exemplo, e já pode começar a se manifestar.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vejo nenhum problema em apreçarmos o item nº 24, desde que os projetos dos Deputados aqui presentes sejam apreciados. O meu projeto já foi protocolado três vezes em razão de não haver acordo. Quero saber qual é o óbice de não o votarmos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não há empecilho nenhum. Apenas para V.Exa. ter uma idéia, o meu projeto também não foi apreciado. É uma questão de seqüência.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo aos Srs. Parlamentares que já está disponível o texto consolidado do Projeto de Lei nº 856, que trata da LDO para exercício de 2009.

Com isso, Sr. Presidente, os Deputados que apresentarem emendas à LDO terão o direito de confirmá-las antes da apreciação da matéria em segundo turno; assim, teremos a certeza de que as emendas de todos os Parlamentares foram contempladas.

Por fim, reafirmo que todas as emendas de anexo de metas foram acatadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 35:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que colocam à disposição, mediante locação, computadores e máquinas para acesso à Internet e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 565, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o cadastramento de usuários das empresas ou instituições que disponibilizam computadores e máquinas para acesso à Internet, por locação ou gratuitamente, no âmbito do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado Leonardo Prudente - CDESCTMAT
Deputado Bispo Renato - CES
Deputada Eurides Brito - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	46

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo os projetos do Executivo com prioridade: itens 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 23, em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado, V.Exa. pode passar a listagem, mas, na verdade, estamos no meio de um processo de discussão e V.Exa. foi convidado para apresentar parecer.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 481, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que colocam à disposição, mediante locação, computadores e máquinas para acesso à Internet e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 565, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o cadastramento de usuários das empresas ou instituições que disponibilizam computadores e máquinas para acesso à Internet, por locação ou gratuitamente, no âmbito do Distrito Federal”.

Considerando que não há um substitutivo que venha incorporar os respectivos projetos, o parecer é pela aprovação na forma do projeto de autoria do Poder Executivo, ou seja, o Projeto de Lei nº 565, de 2007.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto não foi colocado em votação. Eu conversarei com o Deputado Leonardo Prudente e solicito a V.Exa. que aprecie outro item. Havia sido feito um acordo para apreciarmos o meu projeto. Como o projeto de minha autoria está tramitando em conjunto com o projeto do Poder Executivo, solicito que seja declarada a prejudicialidade do projeto do Governo ou que não tramitem em conjunto. Como não há um substitutivo constituído, o Parlamentar autor do projeto acaba sendo prejudicado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar uma sugestão ao Deputado Cabo Patrício. O projeto do Poder Executivo traz determinadas normas fundamentais, assim como o projeto do Deputado Cabo Patrício. O ideal seria termos tido tempo para construir um substitutivo. Como isso não foi feito, a minha posição como relator é a proferida no parecer. Agora, se o Deputado Cabo Patrício concordar, retiráramos o projeto de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	47

pauta, construiríamos juntos um substitutivo e assumiríamos um compromisso para apreciá-lo como primeiro item na pauta de agosto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata a sugestão de V.Exa. se houver acordo entre os Parlamentares. (Pausa.)

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se houver possibilidade, solicito a inversão de pauta para apreciação do item nº 18.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um requerimento protocolado na Mesa solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei nºs 565, de 2007 e 481, de 2007. Se V.Exa. deferir o desapensamento, eles ficariam já desatrelados e poderíamos apreciar o projeto do Deputado Cabo Patrício sem nenhuma dificuldade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Minha sugestão é que o Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Cabo Patrício, e o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, façam um acordo. (Pausa.)

A Presidência acata a questão levantada pelo Deputado Leonardo Prudente.

Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 894, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF

Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. fez a leitura do item referente a um projeto de minha autoria, juntamente com um projeto do Deputado Bispo Renato, mas não estava pronto o substitutivo que juntava os dois projetos. Nesse sentido, solicito a V.Exa. que retorne



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	48

ao item nº 25, que já foi chamado, pois tenho a informação de que o substitutivo já está pronto, feito pela Relatora, Deputada Luzia de Paula.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Após a apreciação desse item voltaremos ao item nº 25.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais já foi aprovado. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Resolução nº 19, item nº 14, está na pauta desde o dia 23 de abril de 2008. Já foi votado em primeiro turno e falta ser apreciado em segundo turno.

Então, faço uma ponderação a V.Exa., sem exclusão de prioridades, porque é legítimo que todos os Parlamentares entendam que seus projetos são prioritários. Eu abri mão de um projeto para que pudesse, em co-autoria com V.Exa., colocar em votação esse projeto de resolução.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Item é da minha cota. Como V.Exa. sabe, juntamos e apensamos os projetos. Acordamos que votaríamos todos os projetos dos Parlamentares em primeiro turno para, em seguida, votarmos todos em segundo turno. Falta ainda um projeto de Parlamentar para iniciarmos a votação dos projetos de segundo turno.

Portanto, vamos dar seguimento. Só falta um projeto, que, inclusive, já foi iniciado.

A Presidência designa o Deputado Paulo Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 894, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão, não vemos nenhuma incompatibilidade. Somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	49

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 894, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências”.

Na verdade, havia um projeto na Casa, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que criava esse Fundo e não poderia ser discutido por vício de constitucionalidade. Assuntos de criação de Fundos são assuntos privativos do Poder Executivo. E o Poder Executivo encampou a Idéia e a transformou no projeto de lei, que veio com a Mensagem 173, de 2008: a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Foram cumpridos os requisitos, a criação do Fundo não pode ser postergada e houve uma Emenda Supressiva nº 1, que foi posteriormente retirada pelo autor, Deputado Paulo Roriz.

Assim sendo, Sr. Presidente, votamos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 894, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	50

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor idoso referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.

Relatores: Deputado - CAS
Deputada Luzia de Paula - CDC
Deputado - CCJ.

Informo que a matéria não tem parecer das seguintes comissões: Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor idoso referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do referido projeto, na forma do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	51

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor idoso referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade dos referidos projetos, na forma do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Defesa do Consumidor. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, que, nesta Casa, está em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor idoso, referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	52

Em tramitação nesta Comissão de Constituição e Justiça, nós votamos e encaminhamos pela admissibilidade ao Projeto de Lei nº 170, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 599, ambos de 2007, na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 170, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 15:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece índices de uso e ocupação do solo, para fins de elaboração de projeto urbanístico de parcelamento em gleba localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo II - RA XXI”.

Relatores: Deputado Batista das Cooperativas - CAF
Deputado(a) - CCJ.

A matéria não tem pareceres das Comissões e recebeu uma emenda de primeiro turno. (Pausa.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós acordamos, juntamente com os técnicos da CODHAB e vários representantes de movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	53

votaríamos esse projeto sem nenhuma emenda. E no segundo turno iríamos apreciar todas as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. é o Relator dessa matéria e deverá apresentar parecer ao Projeto; o Deputado Benício Tavares é o autor da emenda de primeiro turno.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro desse acordo mencionado pelo Relator, nobre Deputado Batista das Cooperativas, eu retiro a emenda, deixando-a para apresentação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata a sua solicitação, Deputado Benício Tavares, e retira a emenda de primeiro turno de sua autoria apresentada ao projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para confirmar: no dia de ontem, nós já apreciamos e votamos esse projeto na CAF. Ele foi aprovado sem nenhuma emenda.

Já foi apreciado e votado seu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – É verdade, Deputado Batista das Cooperativas.

Foi solicitado a V.Exa. que emitisse novo parecer, porque havia uma emenda de primeiro turno. No momento em que essa emenda foi retirada, não há mais necessidade de parecer da CAF.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Perfeitamente, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2008, que “estabelece índices de uso e ocupação do solo para fins de elaboração de projeto urbanístico de parcelamento em gleba localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo II - RA XXI e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	54

O projeto, oriundo do Executivo, que é quem tem a competência para legislar sobre a matéria, veio a esta Casa, recebeu parecer na comissão de mérito, a Comissão de Assuntos Fundiários, na qual foi aprovado, e vem a esta Comissão de Constituição e Justiça para que nos manifestemos sobre a legalidade e, portanto, também a constitucionalidade do projeto.

Não há dúvida alguma de que é da competência do Poder Executivo. Todo o processo está informado, atendendo a todas as exigências, contendo, inclusive, o mapa da região a ser alterada. Encaminhamos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o PLC nº 71, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 71108
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ERIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN				X	
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	21			3	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM _____/2008

SECRETÁRIO DEP. *Wilson Lima*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	55

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 17:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses - CESC
Deputado Cristiano Araújo - CEOF
Deputada Eurides Brito - CCJ.

A matéria não tem pareceres das comissões.

O referido projeto encontra-se na Comissão de Segurança. Enquanto a matéria é trazida ao plenário, passaremos à apreciação do próximo item.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências".

Relatores: Deputado(a) - CEOF
Deputado Milton Barbosa - CAS
Deputada Eurides Brito - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Eu comunico o seguinte: se os projetos não vierem para o plenário, nós iremos votar a LDO e encerraremos a sessão, porque não ficaremos chamando os projetos se eles ainda estiverem presos nas comissões. Espero que os projetos já estejam no plenário. Este é o segundo projeto que chamo para a apreciação do Plenário, inclusive com o parecer dos relatores, e os projetos não estão aqui. Então, comunico aos Líderes desta Casa que, se continuar desta maneira, votaremos logo a LDO e encerraremos os trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	56

Peço desculpas ao Deputado Cristiano Araújo, à Deputada Eurides Brito e ao Deputado Milton Barbosa, pois iremos passar para o próximo item da Ordem do Dia, até que os processos já chamados venham logo para o plenário.

Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 758, de 24 de março de 2008, que 'desafeta bem público de uso comum do povo no trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa Plano Piloto – RA I, e dá outras providências".

Relatores: Deputado(a) - CAF

Deputado(a) - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Leonardo Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 758, de 24 de março de 2008, que 'desafeta bem público de uso comum do povo no trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa Plano Piloto – RA I, e dá outras providências".

Considerando que o projeto atende aos requisitos urbanísticos e demais requisitos da própria legislação em vigor, o parecer é pela admissibilidade. Somos, portanto, pela sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve dois votos contrários: do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Paulo Tadeu.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	57

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de relatar, peço permissão para fazer uma retificação de um parecer proferido ontem. Trata-se do parecer ao Projeto de Lei nº 862, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”. Era um projeto cheio de emendas, e, quando eu me referi a elas, eu as fui enumerando até a Emenda nº 20. Eu disse que todas as emendas de autoria do Partido dos Trabalhadores foram acatadas, o que é verdade. A partir daí, percebi que a Emenda nº 15, de autoria do Partido dos Trabalhadores, havia sido retirada, como consta das notas taquigráficas. Continuando, eu disse: as Emendas números 21, 24, 27 e 28 foram acatadas, o que também é verdade; mas eram as Emendas de números 21 a 28 que foram acatadas. Eu citei as Emendas números 21, 24, 27 e 28. Na verdade, eu queria dizer que as Emendas de números 21 a 24, e depois 27 a 28 foram acatadas. Na verdade, as Emendas de números 21 a 28 foram acatadas.

Essa era a retificação que eu queria fazer. A observação já foi feita pelo serviço de taquigrafia e a conferência do acatamento das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a retificação de V.Exa. e ratifica a votação do parecer realizado por V.Exa., e aprovado por este Plenário, na tarde de ontem.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao do Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 758, de 24 de março de 2008, que ‘desafeta bem público de uso comum do povo no Trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa Plano Piloto – RA I’, e dá outras providências”.

A mensagem do Poder Executivo acatou estudos e solicitação da TERRACAP. Nesta Casa, já recebeu parecer da Comissão de Assuntos Fundiários, que é a Comissão de mérito. Na Comissão de Constituição e Justiça, não temos nenhum óbice a apresentar, uma vez que o tema é privativo do Poder Executivo.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	58

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 2 votos contrários.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 98/08
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	+				
	BERINALDO PONTES	PP	+				
	BISPO RENATO	PR	+				
	BRUNELLI	DEM				+	
	CABO PATRÍCIO	PT		+			
	CHICO LETTE	PT				+	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				+	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				+	
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	+				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				+	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	+				
	LUZIA DE PAULA	PSL	+				
	MILTON BARBOSA	PSDB				+	
	PAULO RORIZ	DEM				+	
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	REGUFFE	PDT	+				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	+				
	ALÍRIO NETO	PPS				+	
	TOTAL	---	12	3		8	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETARIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM _____ / 2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/ Nº _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	59

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis e 3 votos contrários. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei favoravelmente porque a atual rodoviária do Distrito Federal dá um prejuízo mensal aos cofres públicos no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais), pois possui uma receita de R\$50.000,00 (cinqüenta mil reais) e uma despesa mensal de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Não se trata de um setor essencial como a educação, a saúde e a segurança, os quais devem ficar nas mãos do Estado e nos quais devem se concentrar os recursos públicos. Não considero errado o aumento de apenas um andar. Penso que isso pode melhorar, inclusive, a qualidade do serviço e oferecer mais serviços à população. Com relação à crítica de que possa haver embutido nisso algum negócio, se houver, sou radicalmente contrário a isso e me somarei à Bancada do Partido dos Trabalhadores na fiscalização, pois o Governo estará lesando o contribuinte e a população do Distrito Federal. Espero que não haja e que simplesmente seja o que realmente parece. Como sempre voto com a minha consciência, neste caso, votarei favoravelmente ao projeto, até porque hoje a atual rodoviária gera um prejuízo aos cofres públicos de R\$250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) por mês, dinheiro que poderia estar na Educação e na Saúde pública, por exemplo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Pois não, Deputado, está feita sua declaração de voto.

Item nº 23:

Apreciação, em turno único, do Processo nº 26, de 2008 (PDL nº ___/08), de autoria do Poder Executivo, que “homologa o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - REA/ICMS e dá outras providências”.

Relatores: Deputado(a) - CEOF

Deputado(a) - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	60

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Processo nº 26, de 2008, que "homologa o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - REA/ICMS e dá outras providências".

Considerando que o Poder Executivo cumpriu o preceituado nos ditames invocados, somos pela aprovação do presente processo, ofertando para tal o anexo projeto de decreto legislativo.

É o seguinte o parecer:



PARECER Nº

/2008

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS sobre o Processo n.º 26/2008, que versa sobre a homologação do Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS de que tratam a Lei n. 4.160, de 13 de junho de 2008 e o Decreto n.º 29.179 de 19 de junho de 2008.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Dep. Paulo Roriz

I – RELATÓRIO

O processo em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a homologação do Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS de que tratam a Lei n.º 4.160, de 13 de junho de 2008 e o Decreto n.º 29.179 de 19 de junho de 2008.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Consta do processo mensagem nº 186/2008, datado de 19 junho de 2008, assinada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, versando sobre a já citada homologação.

No âmbito da CEOF a proposição foi analisada em conformidade com as exigências previstas no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 4.160, de 13 de junho de 2008, o qual versa que o regime de apuração somente entrará em vigor após prévia homologação do Poder Legislativo.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Dispõe o artigo 64 do Regimento Interno da Câmara Legislativa que, compete a Comissão de Economia Orçamento e Finanças – CEOF:

Art. 64. *Compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças:*

II – analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias:

- a) *adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições;*
- b) *.....*
- c) *de natureza tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive contribuição dos servidores públicos para sistemas de previdência e assistência social;*
- d) *....*



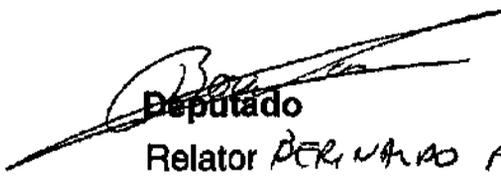
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Posto isso, e ainda, considerando que o Poder Executivo cumpriu o preceituado nos ditames ora invocados somos pela aprovação do Presente Processo, ofertando para tal o anexo Projeto de Decreto Legislativo.

É o voto

Sala das Comissões, em

Deputado
Presidente


Deputado

Relator **FERNANDO PONTES**



60.4

LIDO
Em 26/06/08
Assessoria de Planejamento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º PDL 191/2008

DE 2008.

Homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS de que tratam a Lei n.º 4.160, de 13 de junho de 2008 e o Decreto n.º 29.179, de 19 de junho de 2008.

FAÇA SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Decreto n.º 29.179, de 19 de junho de 2008, que "Dispõe sobre o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS e dá outras providências". consoante estabelece o § 1º do art. 1º da Lei n.º 4.160, de 13 de junho de 2008.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Deputado **PAULO RORIZ**
Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	61

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, que proceda à leitura do projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008, que "homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, de que tratam a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, e o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O processo aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi transformado no Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008, oriundo da CEOF.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008, que "homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, de que tratam a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, e o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008".

O projeto de decreto legislativo foi proposto pelo Presidente e atende às exigências para um PDL de tal natureza. Portanto, encaminhamos pela admissibilidade o PDL proposto pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	62

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 191/01
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): CEOF Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				+	
	CABO PATRÍCIO	PT				+	
	CHICO LEITE	PT				+	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				+	
	ÉRIKA KOKAY	PT	+				
	EURIDES BRITO	PMDB	+				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	+				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	+				
	LUZIA DE PAULA	PSL	+				
	MILTON BARBOSA	PSDB	+				
	PAULO RORIZ	DEM				+	
	PAULO TADEU	PT	+				
	PEDRO DO OVO	PMN	+				
	REGUFFE	PDT	+				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	+				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	+				
	WILSON LIMA	PR	+				
	ALÍRIO NETO	PPS				+	
	TOTAL	---	18			6	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 26/6/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ Nº 1
		FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	63

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008, que "homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, de que tratam a Lei nº 4.160, 13 de junho de 2008 e o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 22:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 903, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais)".

Relatores: Deputado(a) - CEOF.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 903, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais)".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	64

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, acatamos o referido projeto na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 903, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Item nº 17:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses - CESG

Deputado Cristiano Araújo - CEOF

Deputada Eurides Brito - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer pela Comissão de Segurança.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008".

Sr. Presidente, nos termos do art. 69, alínea a, o Projeto de Lei nº 766, de 2008, ainda que indiretamente, guarda relação com o tema da segurança pública, pois envolve justamente o aumento do valor de benefício devido aos sujeitos responsáveis pela segurança pública do Distrito Federal, policiais militares e civis e bombeiros militares. É inegável, portanto, a competência da Comissão de Segurança para emissão de parecer quanto à conveniência e oportunidade da presente matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	65

Na forma original, contudo, o PL não retratava o real propósito de sua edição, pois dispõe que o benefício de invalidez permanente ou parcial será avaliado de acordo com o percentual da redução funcional, apresentado pelo beneficiário, calculado sobre o valor do prêmio por morte acidental.

De modo diverso, o autor do PL, o Poder Executivo, assevera que, para o cálculo do mencionado benefício, deve ser utilizado o fator percentual em relação à redução da funcionalidade do membro ou órgão atingido por acidente.

Sr. Presidente, nosso voto é pela admissibilidade da proposta, com acatamento da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Segurança. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008”.

Sr. Presidente, foi apresentada uma emenda modificativa, de autoria do Deputado Cabo Patrício. Na análise final, acatamos a emenda e somos favoráveis à admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	66

A Comissão de Constituição e Justiça já havia se pronunciado sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda apresentada ao projeto na Comissão de Segurança.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à emenda modificativa apresentada ao Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008”.

Sr. Presidente, a emenda modificativa foi de autoria do Deputado Cabo Patrício e dá ao art. 1º do projeto uma nova redação com a finalidade de torná-lo mais claro. Na justificção, o proponente diz que a emenda objetiva assegurar às categorias da Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que o prêmio para indenização em decorrência da invalidez permaneça parcial, garantido na lei citada como referência, e institui que o seguro de vida dessas categorias seja efetuado de acordo com o percentual de redução da funcionalidade do membro ou órgão atingido no acidente, calculado sobre o valor do prêmio fixado para o evento de morte acidental.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nosso encaminhamento é pela admissibilidade da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 766, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	67

Procederemos à apreciação do Item nº 19 da Ordem do Dia, enquanto a Assessoria de Plenário organiza os projetos de decreto legislativo que, espero eu, votaremos em bloco.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências".

Relatores: Deputado(a) - CEOF
Deputado Milton Barbosa - CAS
Deputada Eurides Brito - CCJ."

Informo ao Parlamentares que a matéria recebeu uma emenda de plenário.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências".

O referido projeto recebeu uma emenda modificativa. No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pelo acatamento da emenda e do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Berinaldo Pontes, enquanto V.Exa. estava proferindo o seu parecer, fui informado de que foi construído um acordo entre os Líderes para que a emenda só seja apreciada em segundo turno.

Então, solicito, em se confirmando esse acordo, que o autor ou os autores da emenda retirem-na e que o Deputado Berinaldo Pontes retifique o seu parecer.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, retiro neste momento a emenda, pois firmamos o acordo de votarmos o projeto sem a emenda e deixarmos as discussões para o segundo turno, no segundo semestre.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agradeço a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	68

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que retifique o seu parecer.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.

Em respeito ao acordo realizado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 898, de 2008, sem a emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.

Sr. Presidente, após o exame minucioso desse projeto, já discutido e debatido, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não há nenhum óbice quanto à aprovação do projeto.

Portanto, nosso parecer é pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	69

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, designo o Deputado Pedro do Ovo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 898, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relatores: Deputado(a)

- CEOF

Deputado Milton Barbosa

- CAS



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	70

Deputado Milton Barbosa

- CCJ.

Foi acordado entre os Líderes que esse projeto não receberia emendas em primeiro turno e que as emendas ficariam para o segundo turno.

Solicito à Deputada Eliana Pedrosa, autora das emendas, que se pronuncie.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, neste momento, retiro as emendas para que elas possam ser apresentadas e discutidas em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo o Deputado Berinaldo Pontes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, designo o Deputado Pedro do Ovo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	71

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 901, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa., conforme combinado anteriormente e consignado nos autos, procedesse à inversão de pauta e votasse os projetos de decreto legislativo em bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Brunelli, há um acordo de Líderes para que apreciemos em bloco três PDLs.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, para economizarmos tempo, poderíamos votar os projetos que constam na pauta e mais esses dois da Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	72

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sr. Deputado, a Deputada Erika Kokay é a mentora intelectual, mas o PDL foi assinado por todos.

DEPUTADO BRUNELLI – Sim, Sr. Presidente, mas a iniciativa foi da Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Deputada Erika Kokay tem uma mente brilhante. V.Exa. sabe que a Deputada é uma pessoa que está sempre à frente do nosso tempo. Neste momento, por questão de urgência e pelo simbolismo e significado das matérias, iremos apreciar esses três PDLs em bloco, sem prejuízo dos demais, que serão votados no decorrer da sessão ou em outro momento.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são todos os projetos de decreto legislativo?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Milton Barbosa, votaremos três projetos de decreto legislativo.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Assis Meira Filho - *post mortem*".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Lopes de Oliveira".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Prof. Carlos Ramos Mota - *post mortem*".

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as matérias.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Assis



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	73

Meira Filho - *post mortem*"; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Lopes de Oliveira" e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Prof. Carlos Ramos Mota - *post mortem*".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não há nenhum óbice quanto à aprovação dos projetos. Portanto, recomendamos a sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Carlos Ramos Mota - *post mortem*" e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Lopes de Oliveira".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vemos óbice para que os projetos tenham a sua continuidade normal. Portanto, voto pelas suas admissibilidades.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Foi dado parecer aos três projetos de decreto legislativo. Não foi isso, Deputado Milton Barbosa? V.Exa. deu parecer aos três projetos? Se não me engano, faltou parecer a um deles.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, é que havia um projeto sem capa e achei que fosse apenas uma anotação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – V.Exa. tem toda a razão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	74

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Assis Meira Filho - *post mortem*”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, como nos outros dois projetos que acabo de relatar, o parecer é pela aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sem prejuízo do brilhante parecer de V.Exa., Deputado Milton Barbosa, temos mais dois itens na ordem do dia, o item nº 50 e o nº 51, para os quais faltam pareceres pela Comissão de Constituição e Justiça. Se V.Exa. desejar dar parecer também a esses dois projetos de decreto legislativo, poderemos votá-los, logo em seguida, em bloco.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Farei com todo prazer, Sr. Presidente, não sem antes dizer que o PDL de minha autoria também está para ser votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Milton Barbosa, o PDL de sua autoria, cuja iniciativa parabenizo V.Exa., já teve concluída a sua tramitação nas comissões. Então, se V.Exa. proferir o parecer a esses dois PDLs que estão em suas mãos, os demais PDLs, inclusive o de sua autoria, serão apreciados em bloco.

Item nº 49:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cláudio Roberto de Toledo”.

Item nº 50:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Carlos Ribeiro da Silva”.

Item nº 51:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadã Benemérita de Brasília a Sra. Solange Ribeiro da Silva”.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Milton Barbosa, para emitir parecer sobre as matérias.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	75

ao senhor Luiz Carlos Ribeiro da Silva” e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadã Benemerita de Brasília à Senhora Solange Ribeiro da Silva”.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é no sentido da aprovação das matérias.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão os pareceres da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os pareceres estão aprovados com a presença de 18 Deputados.

Em discussão os PDLs.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar o meu voto contrário à aprovação dos PDLs. Sou contra a concessão de títulos de Cidadão Honorário pelo Poder Legislativo. Penso que as funções do Poder Legislativo devem ser a de legislar e a de fiscalizar os atos do Poder Executivo e o gasto do dinheiro do contribuinte, e não ficar concedendo títulos honoríficos. Por essa minha posição, aqui já reiterada diversas vezes, votarei contrariamente à aprovação desses projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os PDLs permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 18 Deputados, registrado o voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	76

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Assis Meira Filho - *post mortem*".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Lopes de Oliveira".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Carlos Ramos Mota - *post mortem*".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Cláudio Roberto de Toledo".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Luiz Carlos Ribeiro da Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Concede o título de Cidadã Benemerita de Brasília a Senhora Solange Ribeiro da Silva".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a apreciação do item nº 6 da pauta, visto que o mesmo exige *quorum* qualificado para sua aprovação, ou seja, dezesseis votos.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	77

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wilson Lima precisará se ausentar em breve, e alguns projetos exigem o *quorum* qualificado, entre eles, o PLC nº 85, que trata da isenção dos cartões de crédito, bem como o PL nº 815, que trata dos táxis, o PLC nº 88 e o PLC nº 41.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência já entendeu a solicitação tanto do Deputado Wilson Lima quanto a de V.Exa., Deputado Leonardo Prudente. Eu já solicitei, e vou solicitar mais uma vez à competente Assessoria de Plenário que faça a relação desses projetos, para que possamos apreciá-los agora. Antes, porém, vamos apreciar o item nº 52, de autoria da Deputada Luzia de Paula, a Moção nº 206. Todos sabem da presença constante e da participação louvável da Deputada Luzia de Paula neste plenário. Então, nada mais justo do que apreciarmos essa moção.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas assegurar que, depois dessa votação, possamos votar o projeto de autoria de praticamente todos os Deputados desta Casa, para denominar o Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste Professor Carlos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputada Erika Kokay. Votaremos a moção e, logo em seguida, apreciaremos esses projetos que necessitam de votação nominal ou de *quorum* qualificado de 13 ou 16 Parlamentares.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, após o término da votação do item nº 6, encerre a sessão e convoque sessão extraordinária, incluindo todos os itens da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Perfeito. Faremos o seguinte: votaremos logo o item nº 52 e, logo em seguida, estabeleceremos o encaminhamento da votação do Plenário.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma moção que já foi lida ontem, a Moção nº 207, de 2008, que eu gostaria que fosse incluída na votação como item extrapauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	78

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sem prejuízo do encaminhamento de V.Exa., Deputado Bispo Renato, voltaremos a essa moção. Assim que a Assessoria providenciar o processo dessa moção citada por V.Exa., faremos a votação, que será em turno único.

Apreciaçãoção, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 52:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 206, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "concede moção de aplauso da Câmara Legislativa do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Sobradinho, na modalidade de ginástica rítmica, às professoras Margareth Cardoso Pereira e Bruna Helena Altoé".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 207, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que "parabeniza os(as) Ministros(as) do Evangelho pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades no Distrito Federal e Entorno".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Estão aprovadas com a presença de 18 Deputados.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 815, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "concede remissão aos veículos destinados ao transporte público de pessoas, comprovadamente registrados na categoria de aluguel (táxis)".

Relatores: Deputado Paulo Roriz - CEOF

Deputada Eurides Brito - CCJ.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	79

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 815/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	+				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	+				
	BERINALDO PONTES	PP	+				
	BISPO RENATO	PR	+				
	BRUNELLI	DEM				+	
	CABO PATRÍCIO	PT	+				
	CHICO LEITE	PT				+	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	+				
	DOUTOR CHARLES	PTB	+				
	ELIANA PEDROSA	DEM	+				
	ÉRIKA KOKAY	PT	+				
	EURIDES BRITO	PMDB	+				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	+				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	+				
	LUZIA DE PAULA	PSL	+				
	MILTON BARBOSA	PSDB	+				
	PAULO RORIZ	DEM	+				
	PAULO TADEU	PT	+				
	PEDRO DO OVO	PMN	+				
	REGUFFE	PDT		+			
	ROBERTO LUCENA	PMDB				+	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	+				
	WILSON LIMA	PR	+				
	ALÍRIO NETO	PPS	+				
	TOTAL	---	20	1		3	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 26/6/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ Nº 1
		FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	80

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata aprovação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 815, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “concede remissão aos veículos destinados ao transporte público de pessoas, comprovadamente registrados na categoria de aluguel”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu voto contrário. Eu sou contra a anistia de multas. E também penso que, se há uma dívida, ela precisa ser paga. Se o Governo quiser isentar os taxistas do pagamento de impostos atrasados, ele deveria também isentar a população inteira, até porque quem pagou corretamente fica no prejuízo e quem não cumpriu com a obrigação de pagar os impostos em dia acaba sendo premiado. Acredito que aquele que pagou os seus impostos corretamente que deveria receber um prêmio. Portanto, eu não considero corretas essas anistias e essas isenções a tributos passados. Há muitos taxistas, muitos cidadãos do Distrito Federal que pagaram seus impostos regularmente e não tiveram nenhum prêmio por isso. Premiar aquele que foi inadimplente, digamos assim, para mim, não é correto. Por isso o meu voto é contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Neste momento, chamo a atenção dos Líderes e dos demais Parlamentares desta Casa, pois convocarei sessão extraordinária logo em seguida a esta sessão ordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	81

Na sessão extraordinária, serão apreciados todos os itens que constam na pauta da ordem do dia desta sessão ordinária que ainda não foram aprovados em segundo turno; bem como todos os itens já aprovados no dia de hoje em primeiro turno. Será apreciado, também, o item extrapauta que incluo neste momento - em homenagem ao professor assassinado no Lago Oeste – o Projeto de Lei nº 917, de 2008, que concede o nome de Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota ao Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste. Esse projeto será votado em primeiro turno na sessão extraordinária. Logo a seguir, convocaremos a sessão extraordinária a fim de apreciarmos o segundo turno dos projetos.

A Assessoria de Plenário está preparando a lista dos projetos para que possamos prosseguir de maneira tranqüila.

Na sessão extraordinária, iniciaremos a votação pelas matérias que necessitam de *quorum* qualificado, 16 ou 13 votos. Logo a seguir, votaremos em primeiro turno o Projeto de Lei nº 917, de 2008. Em seguida, votaremos, em segundo turno, as demais matérias.

Portanto, está convocada a sessão extraordinária já com a pauta informada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h18 min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 57ª
(QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 26 DE JUNHO DE 2008.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Alírio Neto, Wilson Lima e Paulo Tadeu.

SECRETARIA: Deputados Berinaldo Pontes, Wilson Lima e Cristiano Araújo.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 13 minutos.

TÉRMINO: 19 horas e 18 minutos.

Publicado no Diário da Câmara Legislativa em 08/08/08
Sessão 13860-08/08/08
Número 1173737



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Alírio Neto – PPS
- Batista das Cooperativas – PRP
- Benício Tavares – PMDB
- Berinaldo Pontes – PP
- Bispo Renato Andrade – PR
- Brunelli – DEM
- Cabo Patrício – PT
- Chico Leite – PT
- Cristiano Araújo – PTB
- Dr. Charles – PTB
- Eliana Pedrosa – DEM
- Erika Kokay – PT
- Eurides Brito – PMDB
- Jaqueline Roriz – PSDB
- Leonardo Prudente – DEM
- Luzia de Paula – PSL
- Milton Barbosa – PSDB
- Paulo Roriz – DEM
- Paulo Tadeu – PT
- Pedro do Ovo – PMN
- Reguffe – PDT
- Roberto Lucena – PMDB
- Rogério Ulysses – PSB
- Wilson Lima – PR

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Alírio Neto):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovada, sem observações, a Ata da 56ª Sessão Ordinária.

1.2 COMUNICADOS DA MESA

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2008**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2008**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008**, de autoria da Deputada Erika Kokay.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008**, de autoria da Deputada Erika Kokay.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008**, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.
- **Indicação nº 4.569, de 2008**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Indicação nº 4.570, de 2008**, de autoria da Deputada Erika Kokay.
- **Indicação nº 4.571, de 2008**, de autoria do Deputado Roberto Lucena.
- **Indicação nº 4.572, de 2008**, de autoria do Deputado Roberto Lucena.
- **Indicação nº 4.573, de 2008**, de autoria do Deputado Roberto Lucena.
- **Indicação nº 4.574, de 2008**, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes.
- **Indicação nº 4.575, de 2008**, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes.
- **Indicação nº 4.576, de 2008**, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes.
- **Indicação nº 4.577, de 2008**, de autoria do Deputado Pedro do Ovo.
- **Indicação nº 4.578, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.579, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.580, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.581, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.582, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.583, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Indicação nº 4.584, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.585, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.586, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.587, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.588, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.589, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.590, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.591, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.592, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.593, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.594, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.595, de 2008**, de autoria do Deputado Milton Barbosa.
- **Indicação nº 4.596, de 2008**, de autoria do Deputado Brunelli.
- **Moção nº 207, de 2008**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade.
- **Moção nº 208, de 2008**, de autoria do Deputado Brunelli.
- **Moção nº 209, de 2008**, de autoria do Deputado Brunelli.
- **Moção nº 210, de 2008**, de autoria do Deputado Brunelli.
- **Requerimento nº 1.032, de 2008**, do Deputado Roberto Lucena.

Obs.: Os expedientes lidos estão anexos à ata.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADA ELIANA PEDROSA, líder do Bloco Democratas-Progressistas

– Homenageia os Deputados Federais Jofran Frejat e Laerte Bessa pelo empenho para a aprovação da MP nº 426/2008, que reajusta a vantagem pecuniária especial dos policiais e bombeiros militares do DF; e da PEC nº 53/2007, que dá aos servidores públicos de livre nomeação direito a aviso prévio, seguro-desemprego e FGTS.

– Elogia a qualidade da representação do DF na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO REGUFFE, em nome do PDT

– Pede ao GDF que reduza os gastos com contratação de servidores comissionados e aumente os investimentos em educação e saúde.

– Argumenta que países como a França e os Estados Unidos têm um total de servidores comissionados menor que o Distrito Federal.

– Pondera que o excesso de cargos comissionados acarreta desperdício de recursos públicos, necessários para a melhoria da educação e da saúde do DF.

– Opina que a contratação dos servidores deve observar critérios de qualificação técnica, aferida em concurso público.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO, líder da bancada do PT

– Cumprimenta os estudantes presentes nas galerias e elogia as alterações promovidas pelas lideranças e por técnicos da Casa no projeto que cria a bolsa universitária.

– Comunica que a bancada do PT solicitou ao Tribunal de Contas auditoria no contrato celebrado entre o GDF e a empresa Sangari relativo ao fornecimento de materiais educativos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Critica o Governo por realizar, sem licitação, excessivo número de contratos emergenciais que envolvem elevado volume de recursos.
- Condena o fechamento de laboratórios de escolas públicas.
- Denuncia que a empresa Sangari terceirizou os serviços contratados.
- Desaprova a política salarial adotada para os servidores públicos do DF.
- Informa que a bancada do PT fiscalizará, por intermédio do SIGO, os contratos firmados pelo GDF.
- Acusa o Governo de agir apenas de forma reativa em face dos problemas e de não zelar pelos recursos públicos.

3 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 25:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 170, DE 2007**, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica, e dá outras providências".

Obs.: Em tramitação conjunta com o **PROJETO DE LEI Nº 599, DE 2007**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "Institui a tarifa zero ao consumidor idoso, referente ao serviço de água e energia elétrica, e dá outras providências".

- **LIDO.**

(2º) **ITEM 26:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 861, DE 2008**, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Desafio do Cerrado de *Mountain Bike*".

- Parecer da relatora da CAS, Deputada Luzia de Paula, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Parecer do relator da CCJ, Deputado Cabo Patrício, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(3º) **ITEM 27:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 783, DE 2008**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da rede pública de saúde do Distrito Federal o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada".

- Parecer do relator da CES, Deputado Pedro do Ovo, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Pedro do Ovo, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(4º) **ITEM 28:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 836, DE 2008**, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "Declara de utilidade pública a Academia de Medicina de Brasília e dá outras providências".

- Parecer do relator da CAS, Deputado Wilson Lima, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Pedro do Ovo, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(8º) **ITEM 31:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 61, DE 2007**, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "Dispõe sobre a pesagem obrigatória de botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo – GLP à vista do consumidor".

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Pedro do Ovo, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (23 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (23 deputados presentes).

(9º) **ITEM 32:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 490, DE 2007**, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "Torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, dos contratos firmados por meio de *call center* e formas similares aos contratantes, e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (23 deputados presentes).

(10º) **ITEM 33:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 908, DE 2008**, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Estabelece regras para a concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal". **LIDO**.

(11º) **ITEM 34:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 716, DE 2008**, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de banheiros químicos para deficientes nos espaços públicos concedidos a terceiros para a realização de eventos de qualquer natureza, no âmbito do Distrito Federal".

– Parecer da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito, favorável ao projeto, acatando a emenda apresentada. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Parecer do relator da CCJ, Deputado Milton Barbosa, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

(14º) **ITEM 35:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 481, DE 2007**, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “Dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que colocam à disposição, mediante locação, computadores e máquinas para acesso à internet e dá outras providências”.

Obs.: Em tramitação conjunta com o **PROJETO DE LEI Nº 565, DE 2007**, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o cadastramento de usuários das empresas ou instituições que disponibilizam computadores e máquinas para acesso à internet, por locação ou gratuitamente, no âmbito do Distrito Federal”.

- Parecer do relator da CDESCTMAT, Deputado Leonardo Prudente, favorável na forma do Projeto de Lei nº 565, de 2007.

– RETIRADO DE PAUTA.

(15º) **ITEM 18:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 894, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências”.

- Parecer do relator da CEOF, Deputado Paulo Roriz, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).

– Parecer da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito, favorável ao projeto. Informa que a emenda supressiva nº 1 foi retirada. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).

- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(16º) **ITEM 25:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 170, DE 2007**, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica, e dá outras providências".

Obs.: Em tramitação conjunta com o **PROJETO DE LEI Nº 599, DE 2007**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "Institui a tarifa zero ao consumidor idoso, referente ao serviço de água e energia elétrica, e dá outras providências".

– Parecer da relatora da CAS, Deputada Luzia de Paula, favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).

– Parecer da relatora da CDC, Deputada Luzia de Paula, favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).

– Parecer da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito, favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).

– Votação do substitutivo em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).

(17º) **ITEM 15:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 71, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Estabelece índices de uso e ocupação do solo para fins de elaboração de projeto urbanístico de parcelamento em gleba localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo II – RA XXI".

– Parecer da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (24 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** com 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

(18º) **ITEM 17:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 766, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008". **LIDO.**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(19º) **ITEM 19:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 898, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências". **LIDO**.

(20º) **ITEM 16:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar nº 758, de 24 de março de 2008, que 'Desafeta bem público de uso comum do povo no Trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências'".

- Parecer do relator da CAF, Deputado Leonardo Prudente, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (22 deputados presentes). Houve 2 votos contrários.
- Parecer da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (22 deputados presentes). Houve 2 votos contrários.
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** com 13 votos favoráveis e 3 votos contrários. Houve 8 ausências.

(21º) **ITEM 23:** Apreciação, em turno único, do **PROCESSO Nº 26, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008, que 'Dispõe sobre o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA-ICMS, e dá outras providências'".

- Parecer do relator da CEOF, Deputado Berinaldo Pontes, favorável na forma do **Projeto de Decreto Legislativo nº 191/2008**. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(22º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 2008**, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA-ICMS, de que tratam a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, e o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008".

– Parecer da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

– Votação da proposição em turno único. **APROVADA** com 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(23º) **ITEM 22:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 903, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais)".

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Berinaldo Pontes, favorável na forma do substitutivo. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

– Votação do substitutivo em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

(24º) **ITEM 17:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 766, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008".

– Parecer do relator da CSEG, Deputado Rogério Ulysses, favorável ao projeto, acatando a emenda. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Parecer do relator da CEOF, Deputado Cristiano Araújo, favorável ao projeto, acatando a emenda modificativa. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).
- Parecer da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito, sobre a emenda modificativa: favorável. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(25º) **ITEM 19:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 898, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências".

- Parecer do relator da CEOF, Deputado Berinaldo Pontes, favorável ao projeto. Informa que a emenda modificativa foi retirada pela autora. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).
- Parecer do relator da CAS, Deputado Wilson Lima, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Pedro do Ovo, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(26º) **ITEM 21:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 901, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências".

- Parecer do relator da CEOF, Deputado Berinaldo Pontes, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Parecer do relator da CCJ, Deputado Pedro do Ovo, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(27º) Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2008**, de autoria do Deputado Brunelli, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao sr. José Carlos Lopes de Oliveira".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 2008**, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao sr. João Assis Meira Filho, *post mortem*".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 183, DE 2008**, de autoria de vários deputados, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília, *post mortem*, ao professor Carlos Ramos Mota".

– Parecer do relator da CAS, Deputado Wilson Lima, favorável aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 176/2008, 186/2008 e 183/2008. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Milton Barbosa, favorável aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 176/2008, 186/2008, 183/2008, 98/2008 e 100/2008. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

– Votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 176/2008, 186/2008, 183/2008, 98/2008, 100/2008 e 46/2007, em turno único. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

– Apreciação das redações finais. **APROVADAS.**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(28º) Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 52: Discussão e votação, em turno único, da **MOÇÃO Nº 206, DE 2008**, de autoria da Deputada Luzia de Paula: "Moção de aplauso da Câmara Legislativa do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Sobradinho, na modalidade de ginástica rítmica, às professoras Margareth Cardoso Pereira e Bruna Helena Altoé".

ITEM EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em turno único, da **MOÇÃO Nº 207, DE 2008**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "Parabeniza os Ministros do Evangelho pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades no Distrito Federal e Entorno".

– Votação das proposições em turno único. **APROVADAS** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(29º) **ITEM 6:** Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 815, DE 2008**, de autoria do Poder Executivo, que "Concede remissão aos veículos destinados ao transporte público de pessoas, comprovadamente registrados na categoria de aluguel – táxis". **APROVADO** com 20 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

Obs.: As folhas de votação nominal serão publicadas na ata circunstanciada.

4 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Paulo Tadeu):

– Acata a retificação de parecer proferido, em sessão anterior, pela relatora, Deputada Eurídes Brito, ao Projeto de Lei nº 862/2008, que passa a considerar acatadas as emendas nºs 1 a 14 e 16 a 28; e ratifica a aprovação do parecer.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

5 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Paulo Tadeu):

- Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário

**Documentos lidos na 57ª Sessão Ordinária,
de 26 de junho de 2008.**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

L I D O
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº PDL 187/2008
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Doutor Cláudio Antônio Máximo Rego.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Doutor Cláudio Antônio Máximo Rego.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Doutor Cláudio Antônio Máximo Rego é natural de Alagoas e nasceu em 11 de novembro de 1961. É graduado em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Superior de Maceió (CESMC), em 1986 e formado em medicina pela Universidade Federal de Alagoas, em 1990. No mesmo ano veio para Brasília, onde atuou no Hospital de Forças Armadas (HFA) até 1993.

Logo depois, trabalhou na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, onde atendia os funcionários no ambulatório clínico, até 1995. Dr. Cláudio montou sua própria clínica, com o nome de "Clínica de Otorrinolaringologia Dr. Cláudio Máximo", instalada no Setor Médico Hospitalar Norte. Sua clientela é composta por crianças, jovens e idosos, que somam mais de 70 mil cadastrados. Diariamente são atendidos mais 60 pacientes pelo otorrinolaringologista.

Em 2006, tomou a iniciativa de estender o atendimento oferecido em sua clínica às pessoas carentes de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal. Nesse sentido, convidou alguns especialistas em odontologia, fonoaudiologia, oftalmologia e outros, para promover um dia de ação social às crianças carentes de Luziânia e Vila Estrutural. No dia 21 de abril de 2008, fundou o Instituto Cláudio Máximo (ICM), que sob seu comando e com apoio de mais de 15 especialistas, realizam atendimentos em todo Distrito Federal.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO	
Recebi em 25/06/08 às 16:45	
<i>Lorando</i>	11809
Assinatura	Matrícula



2

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

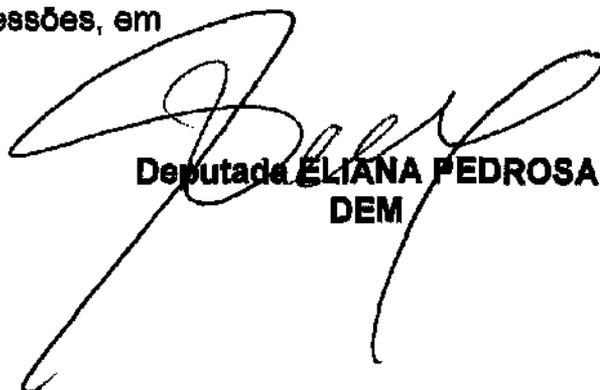
Desde o lançamento oficial do ICM, mais de três mil pessoas já foram atendidas. O Instituto Cláudio Máximo nasceu de uma necessidade de contribuir para saúde auditiva e visual das pessoas de baixa renda. Uma entidade privada, sem fins lucrativos, que presta atendimento assistencial à saúde em todo o Distrito Federal e Entorno. Para atingir seu objetivo, o ICM promove consultas, exames, palestras e orientações sócio-educativas.

Com seu proffcuo trabalho em prol da sociedade brasiliense, o Dr. Cláudio Máximo contribui com sua vasta experiência para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades que exerce em prol da sociedade do Distrito Federal.

Pelo exposto, entendo que a Câmara Legislativa como legítima representante da população do Distrito Federal, deva prestar essa mais que justa homenagem.

Diante da importância que se reveste a matéria, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em



Deputada ELIANA PEDROSA
DEM

emitt.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

3
L I D O
Em 26/06/08
Eliana
Assessoria do Plenário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº PDL 188/2008
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

**Concede o Título de Cidadã
Honorária de Brasília a Senhora
Jozélia Praça de Medeiros.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

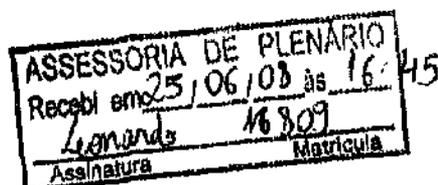
Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Senhora Jozélia Praça de Medeiros.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Senhora Jozélia Praça de Medeiros, piauiense de São José do Piauí, reside em Brasília desde 1983. Filha do Senhor Antônio Arão Praça Filho e da Senhora Maria das Graças Praça, é formada em Administração de Empresas.

Trabalha para o Governo do Distrito Federal desde 1994. Iniciou a carreira como Técnica de Administração Pública, foi Diretora de Planejamento e Avaliação de Recursos Humanos, atualmente é Subsecretária de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal.





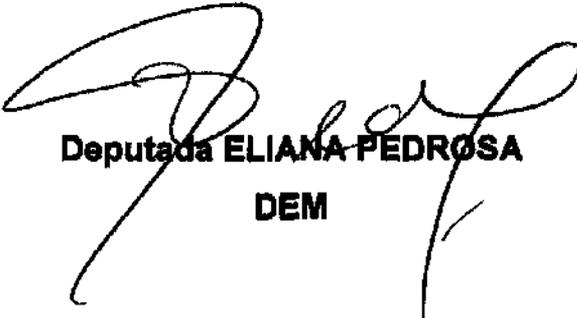
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

Com seu profícuo trabalho em prol da sociedade brasiliense, Jozélia contribui com sua vasta experiência para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades que exerce em prol da sociedade do Distrito Federal, a frente da Subsecretaria de Recursos Humanos.

Pelo exposto entendo que a Câmara Legislativa, como legítima representante da população do Distrito Federal, deva prestar essa mais que justa homenagem.

Diante da importância que se reveste a matéria, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em



Deputada ELIANA PEDROSA
DEM



Projeto de Decreto Legislativo n° PDL 189/2008
(Da Deputada Erika Kokay)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Jair Meneguelli.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º. Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Jair Meneguelli.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Assessoria de Plenário
Recebido em 25/06/08
Assinatura

Jair Meneguelli nasceu na cidade de São Paulo, em 16 de julho de 1947. Após concluir o ginasial em São Caetano do Sul do Campo (SP), frequentou, em 1963, a Escola Roberto Simonsen, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). No mesmo ano, colocou em prática o curso de ferramenteiro na Willys Overlan Brasil, que seria incorporada pela Ford do Brasil em 1971.

Fillou-se, em 1977, ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e ali iniciou sua militância, adquirindo experiência nas reuniões e campanhas salariais. Em 1980, sindicalistas, intelectuais, integrantes de grupos de esquerda, dos movimentos eclesiais de base, adversários do regime militar instaurado em 1964, lançaram, em São Paulo, o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. No mesmo ano, o governo federal determina a cassação da diretoria do sindicato. Em 1981, os antigos membros ainda estavam impedidos quando a intervenção no sindicato termina e Meneguelli é eleito para a presidência. Em agosto do mesmo ano, participa da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que marca o ressurgimento do movimento sindical na cena política.

À frente da CUT por onze anos, Meneguelli escreveu parte importante de história nacional no que tange o enfrentamento às políticas trabalhista e salarial brasileiras.



Permaneceu na presidência da Central até 1994, oferecendo coerência, firmeza e propostas alternativas aos desafios, contribuindo decisivamente para transformá-la na maior central sindical brasileira, uma das mais respeitadas no Brasil e no exterior.

Eleito deputado federal em 1994 e empossado em 1995, Jair Meneguelli participa dos trabalhos legislativos como membro titular da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e vice-líder do PT. De 1985 a 2002 o deputado fez de seus dois mandatos uma extensão da vida sindical, combatendo o desemprego e defendendo os direitos dos trabalhadores. Estes temas sempre estiveram presentes em seus diversos projetos de lei e proposições.

Em 05 de fevereiro de 2003, Meneguelli assume a presidência do Conselho Nacional do Sesi. No mesmo ano, é admitido pelo Presidente da República, Luís Inácio da Lula Silva, com o Grau de Comendador na Ordem do Rio Branco, a qual se destina a distinguir *"serviços meritórios e virtudes cívicas, estimular a prática de ações e feitos dignos de honrosa menção"*.

Recebeu em 2005, do Conselho Superior da Faculdade de Ciências Gerenciais de Dracena/SP, o Título de 'Professor Honoris Causa', *"pelos relevantes serviços prestados à Classe Trabalhadora e à Educação, na constante luta pelos direitos trabalhistas, sociais e pela defesa intransigente do ideal democrático"*.

Jair Meneguelli é casado com Edna Maria Godói Meneguelli, tem três filhas, Carla, Tatiana e Jéssica Meneguelli; e dois netos, Guilherme e Mateus.

Isso posto, espero contar com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2008.


ERIKA KOKAY

Deputada Distrital – PT/DF



Projeto de Decreto Legislativo n.º PDL 196/2008
(Da Deputada Erika Kokay)

Concede o título de Cidadã Honorária de Brasília a Sra. Arlete Avelar Sampaio.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadã Honorária de Brasília a Sra. Arlete Avelar Sampaio.

Art. 2.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Arlete Avelar Sampaio nasceu no dia 28 de junho de 1950, em Itagibá (BA) e reside em Brasília desde 1971. Formada em medicina pela Universidade de Brasília, especializou-se em saúde pública. Iniciou sua militância política no movimento estudantil e foi dirigente do Sindicato dos Médicos do DF por três gestões. Fundadora do Partido dos Trabalhadores do DF e da Central Única dos Trabalhadores do DF exerceu diversas funções na Comissão Executiva Regional do Partido dos Trabalhadores, tendo sido presidente em três mandatos. Realizou trabalhos na área de saúde junto à população de Ceilândia, quando exercia o cargo de chefe dos Centros de Saúde nº.8 e nº. 2, da Fundação Hospitalar do DF. Como sanitarista, também coordenou diversos programas de saúde pública. Militante nas lutas em defesa de Brasília, Arlete integrou a Coordenação do Movimento pela Representação Política do DF, participou ativamente da Campanha Diretas-Já! e da mobilização pelo impeachment do presidente Fernando Collor.

Em 1990, candidatou-se ao cargo de vice-governadora na chapa junto com Carlos Saraiva e Saraiva. Quatro anos mais tarde, em 1994, elegeu-se vice-governadora ao lado de Cristovam Buarque. Nessa função, destacou-se pela coordenação do Orçamento Participativo e das Administrações Regionais.

Em 2003, Arlete Sampaio elegeu-se Deputada Distrital, sendo a mais votada entre todos os candidatos. Em 2004, foi escolhida Líder da Bancada do Partido dos



8

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Erika Kokay

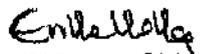
Trabalhadores. Ocupou o cargo de presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa por duas legislaturas (2005 e 2006). Em março de 2005, Arlete foi designada relatora da CPI da Saúde, que investigou irregularidades nos pagamentos de internação em UTI feitos pela Secretaria de Saúde ao Hospital Santa Juliana, de Samambela, no Distrito Federal.

Na Câmara Legislativa, Arlete orientou seu mandato para a melhoria das condições de vida na Capital Federal e trabalhou para a construção de uma imagem positiva do Poder Legislativo local. Com a atuação de seu gabinete voltada para a participação popular, Arlete buscou concretizar propostas da população, especialmente nas áreas de saúde, educação, qualidade de vida, direitos humanos e defesa de Brasília.

Desde 2007, exerce o cargo de secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, auxiliando o ministro na definição das diretrizes, programas e ações da pasta. Além disso, supervisiona e coordena as cinco secretarias que compõem o MDS. É responsável ainda pela modernização administrativa e pelos sistemas federais de planejamento, orçamento, administração financeira, recursos humanos, de informação e de serviço gerais no âmbito desta administração.

Isso posto, espero contar com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2008.


ERIKA KOKAY

Deputada Distrital – PT/DF





9

C L I D O
Em 26 106 108
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º PBL 191/2008 DE 2008.

Homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS de que tratam a Lei n.º 4.160, de 13 de junho de 2008 e o Decreto n.º 29.179, de 19 de junho de 2008.

FAÇA SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Decreto n.º 29.179, de 19 de junho de 2008, que *"Dispõe sobre o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS e dá outras providências"*. consoante estabelece o § 1º do art. 1º da Lei n.º 4.160, de 13 de junho de 2008.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Deputado PAULO RORIZ
Presidente



L I D O
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

10

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR
DEPUTADA LUZIA DE PAULA

INDICAÇÃO Nº IND 4569/2008
(Da Deputada LUZIA DE PAULA)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a regularização de pendências salariais referente a retificação de pagamento dos servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a regularização de pendências salariais referentes a retificação de pagamento dos servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A indicação ora apresentada tem por finalidade, atender reivindicação dos servidores da Secretaria de Educação, objetivando conceder a estes uma remuneração correlata a carga horária e função desempenhada.

Conforme informações de professores e servidores desta Secretaria, os erros nos cálculos de gratificações são uma constante o que ocasiona uma série de dificuldades aos profissionais que durante o mês têm seus salários reduzidos por erros administrativos.

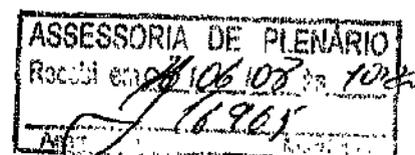
Ao Poder Executivo compete o bem estar da Sociedade através da garantia de seus direitos, mas como um professor ou servidor desempenhar suas atividades tendo como preocupação seu orçamento zero ou deficitário. Após um mês de trabalho cabe ao governo assegurar a seus funcionários os vencimentos previstos em seu plano de cargos e salários.

Acreditamos ser de suma importância que o Poder Executivo empreenda esforços no sentido de atender a esse pleito, posto que, o mesmo possibilitará melhorias significativas na qualidade de vida dos servidores de educação e conseqüentemente em seu desempenho profissional

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, de de 2008

[Assinatura]
Deputado LUZIA DE PAULA
Deputada Distrital - PSL





INDICAÇÃO Nº **INB 4570/2008**
(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a compra de equipamento "scanner corporal".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a compra do equipamento "scanner corporal" para o Complexo Penitenciário da Papuda.

JUSTIFICAÇÃO

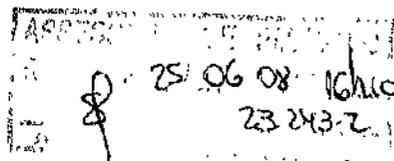
O Complexo Penitenciário da Papuda, que abrange quatro presídios, não possui qualquer equipamento de detecção em suas entradas, o que tem trazido grande constrangimento aos familiares dos presos, com revistas íntimas humilhantes e demoradas.

A obtenção do referido equipamento trará mais segurança, agilidade e precisão às revistas, assim como uma maior humanização aos visitantes.

No mês de maio deste ano, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em convênio com o Tribunal de Justiça daquele Estado, adquiriu tal equipamento para uso no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o qual abrange onze unidades do complexo, incluindo os presídios de segurança máxima Bangu 1, 2, 3, 4 e 5.

A portaria com o referido equipamento funcionará como entrada única para todos esses 11 presídios, que abrigam cerca de 5,5 mil presos, e atendem cerca de 15 mil visitantes, além de 800 funcionários que trabalham no local.

O aparelho de "scanner corporal" foi adquirido da Inglaterra e custou aproximadamente R\$ 1,3 milhão, funcionando como uma espécie de Ralo-X, que detecta qualquer objeto (arma, drogas, celulares, saco plástico, entre outros) no corpo humano que não possa ser notado a olho nu, esteja ele onde estiver escondido. Possui capacidade para realizar cerca de 1.000 revistas por dia.





12

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Erika Kokay

Portanto, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a compra de tal equipamento, como forma de dar mais segurança, agilidade e evitando revistas consideradas constrangedoras aos agentes penitenciários e aos familiares dos presos.

Sala das Sessões, em ...

Erika Kokay
ERIKA KOKAY

Deputada Distrital- PT/DF

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO LUCENA**

INDICAÇÃO Nº **IND 4571/2008**
(Do Deputado Dr. ROBERTO LUCENA)

L I D O
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a Reciclagem dos Atendentes dos Hospitais Públicos e Centros de Saúde do Distrito Federal.

ASSESSORIA DE PLI
Recabi em 25/06/08
[Assinatura] 11928-30
Assinatura Matrícula

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 143, do Regimento Interno, solicito manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta "**INDICAÇÃO**", para sugerir ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a **Reciclagem dos Atendentes dos Hospitais Públicos e Centros de Saúde do Distrito Federal.**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO LUCENA**

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem como objetivo melhorar a qualidade no atendimento ao cidadão usuário dos hospitais públicos e centros de saúde. Hoje, a população reclama veemente a falta de educação sofrida, os maus tratos, o descaso, enfim dos servidores que atendem diretamente a população (pacientes) nos hospitais públicos, além dos centros de saúde que fazem sua triagem.

Com isso os servidores que atendem à população em geral viriam a ter aulas de educação. As aulas de educação serão ministradas pela Secretaria de Gestão Administrativa ou agências credenciadas pelo órgão regulador, cuja aprovação final dependerá de avaliação prática.

Por outro lado, os servidores e colaboradores realizarão aulas de bons costumes e respeito aos idosos e aos cidadãos em geral, bem como de educação. E os hospitais do Distrito Federal, terão mais saúde para a sua população.

Porquanto, pugno aos nobres pares pela aprovação da respectiva Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Dr. ROBERTO LUCENA
Deputado Distrital

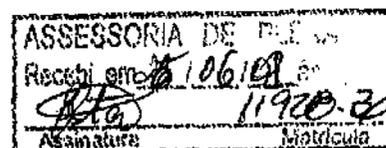


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO LUCENA

Em 26 106 DF
 C I D O
[Assinatura]
 Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO Nº **IND 4572/2008**
(Do Senhor Deputado ROBERTO LUCENA)

**Sugere ao Excelentíssimo
 Senhor Governador do
 Distrito Federal o Reparo no
 Desnível dos Meios Fios em
 Taguatinga – RA – III.**



Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 143, do Regimento Interno, solicito manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta "**INDICAÇÃO**", para sugerir ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal o **Reparo no Desnível dos Meios Fios em Taguatinga – RA – III.**



16

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO LUCENA

JUSTIFICAÇÃO

Esta indicação visa realizar na cidade de Taguatinga, a urbanização de seus meios fios na altura das paradas de ônibus, pois nestas áreas, por excelência, os meios fios são altos demais, ocasionando assim acidentes com os passageiros ao descer dos coletivos.

Para melhorar o ambiente que circunda as paradas de ônibus, se faz necessário à urbanização destas com o reparo do desnível existente e, para dar um melhor aspecto e melhoria de vida aos cidadãos em aludida cidade.

Porquanto, pugno aos nobres pares pela aprovação da respectiva Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2008


ROBERTO LUCENA
Deputado Distrital



17
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO LUCENA

LIDO
Em 26/06/08
Costa
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO Nº **IND 4573/2008**
(Do Deputado Dr. ROBERTO LUCENA)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a Compra Imediata de Aparelhos de Holter e MAPA para o Hospital Regional da Asa Norte - HRAN na Região Administrativa de Brasília - RA I.

ASSESSORIA DE PL.	
Recebi em	25/06/08
<i>Costa</i>	11928-30
Assinatura	Matrícula

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 143, do Regimento Interno, solicito manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta "**INDICAÇÃO**", para sugerir ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a **Compra Imediata de Aparelhos de Holter e MAPA para o Hospital Regional da Asa Norte - HRAN na Região Administrativa de Brasília - RA I.**



18

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO LUCENA

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem como objetivo a compra imediata de aparelhos de Holter e Mapa, haja vista hoje só contar com aparelhos velhos, quebrados e sem precisão nos diagnósticos. Hoje, o Hran atende diretamente a população (pacientes) de Planaltina; Sobradinho; Paranoá; Varjão; Itapoã e até de Planaltina/GO, além dos centros de saúde que fazem sua triagem. Então, não há possibilidades de utilizar aparelhos tão obsoletos que não são precisos em seus diagnósticos, sendo necessário repetir o exame mais de 05 vezes.

A compra destes aparelhos aliviará uma população carente, que em muitos casos, tem que comprar as fitas e pilhas para poderem realizar o exame nos aparelhos obsoletos, considerando que são analógicos.

Por outro lado, com a compra destes aparelhos para o hospital, outras unidades de saúde, de outras cidades satélites, não sofrerão com a demanda de uma população que não a sua. E o HRAN em Brasília, terá mais saúde para a sua população e redondezas.

Porquanto, pugno aos nobres pares pela aprovação da respectiva Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Dr. ROBERTO LUCENA
Deputado Distrital



14
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Berinaldo Pontes

INDICAÇÃO Nº **IND 4574/2008**
(Do Sr. Deputado Berinaldo Pontes)

Em 26 ^{LIDO} 06 08

Berinaldo Pontes
Assessoria de Planário

Sugere ao Poder Executivo, em parceria com a Secretaria de Estado de Infra - Estrutura e Obras do Distrito Federal, a conclusão imediata das quadras de esportes localizada na Entrequadra 15 / 16, do Setor Burits III, na região Administrativa de Planaltina - RA VI.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, mediante ação da secretaria de estado de Infra - estrutura e obras, a conclusão da quadra de esportes localizada na entrequadra 15 / 16 do setor Buritis III, Na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

JUSTIFICAÇÃO

A referida comunidade clama por maior atenção do Poder Público na medida em que muitas das dificuldades que a afligem decorrem da ausência do Estado. A conclusão da quadras de esporte proporcionará mais qualidade de vida aos jovens, contribuindo para socialização dos mesmos, fortalecendo a importância e a necessidade de exercícios físicos para a saúde do corpo promovendo o bem-estar a esses cidadãos.

Esta é uma reivindicação de suma relevância para os moradores daquela localidade, motivo pelo o qual conclamo aos nobres pares a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, em junho de 2008.

Berinaldo Pontes
Berinaldo Pontes
Deputado Distrital – PP


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Berinaldo Pon

 INDICAÇÃO Nº **IND 4576/2008**
 (Do Sr. Deputado Berinaldo Pontes)

 L. D. O.
 Em 26 06 08

Assessoria de Plenário

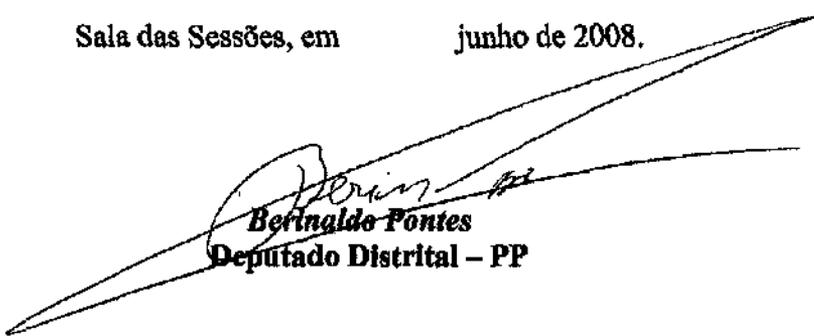
Sugere ao Poder Executivo, em parceria com a Secretaria de Estado de Infra - Estrutura e Obras do Distrito Federal, a duplicação da DF 130 do balão do arapoanga ao Vale de Amanhecer na região Administrativa de Planaltina - RA VI.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, mediante ação da secretaria de estado de Infra - estrutura e obras, a duplicação da DF 130 no trecho que o arapoangas ao vale do amanhecer, Na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por finalidade atender reivindicação da comunidade , no sentido de proporcionar mais segurança sendo uma condição essencial para os seus moradores .A DF 130 trecho que liga arapoangas ao vale do Amanhecer é uma via de mão dupla que sofre engarrafamentos e congestionamentos, principalmente em horários de grande fluxo de veículos necessitando, portanto a urgente duplicação da referida rodovia. Diante do exposto conclamo aos nobres pares desta egrégia Casa de leis a aprovarem a presente proposição.

Sala das Sessões, em junho de 2008.


Berinaldo Pontes
 Deputado Distrital – PP



21

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Berinaldo Pontes

INDICAÇÃO Nº **IND 4578/2008**
(Do Sr. Deputado Berinaldo Pontes)

LIDO
Em 26/06/08
Berta
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo, em parceria coa a companhia energética de Brasília CEB- DF, ILUMINAÇÃO da DF 230 do balão do Arapoangas ao balão do colégio agrícola.. Na cidade de Planaltina - RA VI.

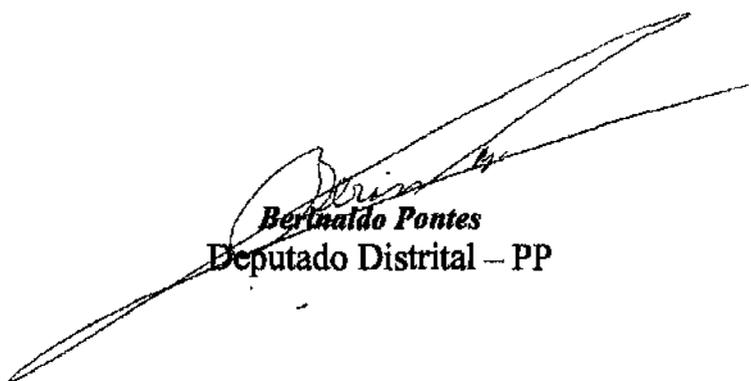
A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, mediante ação da companhia Energética de Brasília CEB - DF , iluminação da DF 230 do Balão do arapoangas ao Balão do Colégio agrícola em Planaltina - RA VI.

JUSTIFICAÇÃO

A referida comunidade clama por maior atenção do Poder Público na medida em que muitas das dificuldades que a afligem decorrem da ausência do Estado. A implantação de iluminação ferecerá mais segurança, tranquilidade e bem-estar a esses cidadãos.

Esta é uma reivindicação de suma relevância para os moradores daquela localidade, motivo pelo o qual conclamo aos nobres pares a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, em junho de 2008.


Berinaldo Pontes
Deputado Distrital - PP



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO DO OVO**

INDICAÇÃO Nº.
(Autoria: Deputado PEDRO DO OVO - PMN)

IND 4577/2008

LIDO
Em 26/06/08

Assessoria de Plenário

**Sugere ao Poder Executivo a
implantação de posto de atendimento
médico em todos os cemitérios do
Distrito Federal.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, a implantação de posto de atendimento médico em todos os cemitérios do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem por finalidade, a implantação de posto de atendimento médico em todos os cemitérios do Distrito Federal.

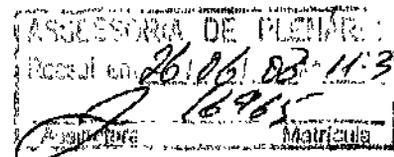
Em momentos de alta tensão emocional, como um velório, por exemplo, algumas pessoas podem sofrer de mal-estar ou desmaios. Para estes casos se faz necessário o atendimento de urgência médica, para que sejam realizados os primeiros socorros e transporte para hospitais da região.

Cabe ressaltar ainda, que esta é uma iniciativa que trará mais comodidade para a população, por se tratar de um momento difícil onde diversos contratempos burocráticos e operacionais inerentes a um falecimento, como traslado do corpo, velório e pagamento de taxas desgastam a família, tornando o momento da perda ainda mais doloroso.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em.....

PEDRO DO OVO
Deputado Distrital





INDICAÇÃO Nº IND 4578/2008
(Da Deputada Jaqueline RORIZ)

L I D O
Em 26/06/08

Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio Do DFTRANS, a ampliação das linhas de ônibus nos fins de semana, ligando a Granja do Torto ao Plano Piloto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, Sugere ao Poder Executivo, por intermédio Do DFTRANS, a ampliação das linhas de ônibus nos fins de semana, ligando a Granja do Torto ao Plano Piloto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de uma proposição que busca atender as reivindicações daquela comunidade, haja vista, a grande dificuldade de locomoção daqueles, durante os fins de semana.

Proponho ainda apresentar esta indicação para ajudar o cidadão que não dispõe de carro próprio e necessita do transporte público para efetivar o direito de ir e vir.

Ante o exposto, conclamo o apoio das Senhoras e Senhores Deputados à aprovação desta Indicação.

Sala das comissões, em de de 2008.


Deputada **JAQUELINE RORIZ**

ASSESSORIA DE PLENÁRIO	
Recbi em 25/06/08 às 16 h5	
Leonardo	16809
Assinatura	Matrícula



INDICAÇÃO Nº IND 4579/2008
(Da Deputada Jaqueline RORIZ)

L. D. O.
Em 26/06/08

Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado Obras do Distrito Federal, a construção de uma praça com parquinho para crianças na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado Obras do Distrito Federal, a construção de uma praça com parquinho para crianças na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

JUSTIFICAÇÃO

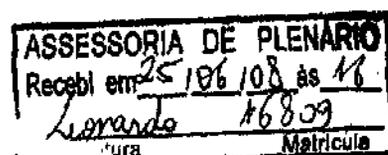
A presente indicação tem por objetivo solicitar ao GDF, a implantação de uma praça com parquinho na Região da Granja do Torto, de forma que os moradores daquela comunidade possam ter melhores condições de lazer em sua comunidade.

Ressalte-se que a proposição é antiga reivindicação daquela comunidade, sendo que foi firmado compromisso com o objetivo de trazer mais qualidade de vida, e condições de desenvolvimento para todos.

Ante o exposto, conclamo o apoio das Senhoras e Senhores Deputados à aprovação desta Indicação.

Sala das comissões, em de de 2008.


Deputada JAQUELINE RORIZ





INDICAÇÃO Nº IND 4580/2008
(Da Deputada Jaqueline RORIZ)

LIDO
Em 26/06/08
[Signature]
Assessoria de Plenário

**Sugere ao Poder Executivo a
Instalação de um posto de
conveniência do BRB – Banco
Regional de Brasília, na Granja do
Torto, Região Administrativa de
Brasília - RA - I.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo a Instalação de um posto de conveniência do BRB – Banco Regional de Brasília, na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição referida trará benefícios àquela comunidade, visto que, os serviços bancários naquela localidade são de extrema precariedade.

A sugestão vem de encontro às aspirações do Governo, que busca cumprir os preceitos Constitucionais e que com toda a certeza, trarão benefícios para aquela região como um todo.

Ante o exposto, conclamo o apoio das Senhoras e Senhores Deputados à aprovação desta Indicação.

Sala das comissões, em de de 2008.

[Signature]
Deputada JAQUELINE RORIZ

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 25/06/08 às 16:45
[Signature]
Assinatura Matrícula



INDICAÇÃO Nº IND 4581/2008
(Da Deputada Jaqueline Roriz)

L. D. O.
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo que promova a implantação de creches comunitárias na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília-RA I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo que promova a implantação de creches comunitárias na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília-RA I.

JUSTIFICAÇÃO

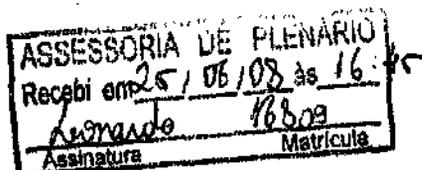
A proposição tem por objetivo principal, buscar alternativas para esta região administrativa que tanto tem crescido. Ocorre que com esse crescimento, os moradores "pais" se encontram obrigados a deixar seus filhos em creches, muitas das vezes, distantes de suas casas, ocasionando sérios transtornos que se materializam em aumento de custos.

Dessa forma a sugestão ora apresentada, vem de encontro às aspirações do Governo e da população, sendo certo que tais providências são de baixo custo, e que trarão benefícios para as áreas menos favorecidas.

Ante o exposto, conclamo o apoio das Senhoras e Senhores Deputados à aprovação desta Indicação.

Sala das comissões, em de de 2008.

[Assinatura]
Deputada JAQUELINE RORIZ





INDICAÇÃO Nº IND 4582/2008 m
(Da Deputada Jaqueline RORIZ)

LIDO
26/06/08

Assessoria de Plenário

Sugere a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, providências relacionadas à reforma da quadra de esporte da Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA-I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, providências relacionadas à reforma da quadra de esporte da Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA-I.

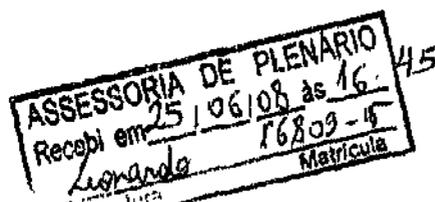
JUSTIFICAÇÃO

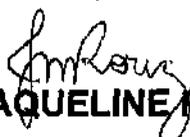
A proposição tem por objetivo proporcionar melhores condições de lazer àquela comunidade, visto que não são vastas as opções de lazer naquela localidade.

É certo que o esporte ajuda na educação e formação das crianças e adolescentes. Estamos certo de que se o nosso pedido for atendido, haverá uma melhoria da qualidade de vida daquela população, afastando os jovens das drogas e da criminalidade em geral.

Assim, sendo o pleito de relevante interesse público, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2008.




Deputada JAQUELINE RORIZ



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL JAQUELINE RORIZ

INDICAÇÃO Nº **IMB 4583/2008**
(Da Deputada Jaqueline RORIZ)

LIDO
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria do Plenário

Sugere ao Poder Executivo por meio da Secretaria de Estado de Educação a implantação de uma escola de ensino fundamental na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo por meio da Secretaria de Estado de Educação a implantação de uma escola de ensino fundamental na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

JUSTIFICAÇÃO

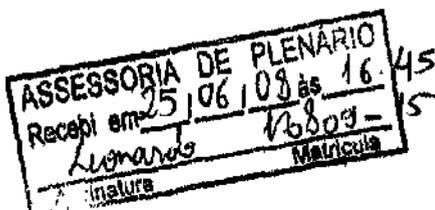
A referida proposição tem por objetivo principal, atender o pleito formulado pelos moradores daquela Região, sugerindo ao Poder Executivo que promova a construção de uma escola de ensino fundamental.

É certo que a educação direito social elencado na Constituição, é base de formação da pessoa, contudo os moradores daquela região vêm enfrentando sérios problemas, encontrando-se privados de exercer tal direito.

A sugestão ora apresentada, vem de encontro às aspirações do Governo, que busca cumprir os preceitos Constitucionais relativos à educação, certo, que com toda a certeza, trarão benefícios não só para aquela comunidade, mas para o país como um todo.

Ante o exposto, conclamo o apoio das Senhoras e Senhores Deputados à aprovação desta Indicação.

Sala das comissões, em de de 2008.



[Assinatura]
Deputada JAQUELINE RORIZ



INDICAÇÃO Nº IND 4584/2008
(Da Deputada Jaqueline RORIZ)

L I D O
Em 26/06/08
Está
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo por meio da Secretaria de Estado de Educação a implantação de uma escola de Ensino Médio na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo por meio da Secretaria de Estado de Educação a implantação de uma escola de Ensino Médio na Granja do Torto, Região Administrativa de Brasília - RA - I.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem por objetivo principal, atender o pleito formulado pelos moradores daquela Região, sugerindo ao Poder Executivo que promova a construção de uma escola de Ensino Médio.

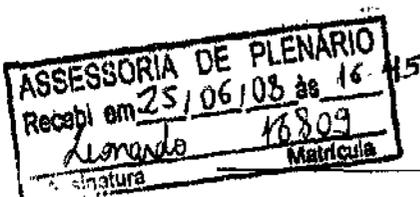
Sabemos que a educação é base de formação da pessoa, contudo os moradores daquela região vêm enfrentando sérios problemas, primeiro pela distância de suas casas até a escola mais próxima e segundo pela segurança quando da volta para a suas residências.

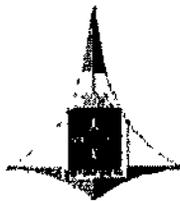
Todavia, a sugestão ora apresentada, vem de encontro às aspirações do Governo, que busca cumprir os preceitos Constitucionais relativos à educação, certo, que com toda a certeza, trarão benefícios não só para aquela comunidade, mas para o país como um todo.

Ante o exposto, conclamo o apoio das Senhoras e Senhores Deputados à aprovação desta Indicação.

Sala das comissões, em de de 2008.

Jaqueline RORIZ
Deputada JAQUELINE RORIZ





Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton **PSDB**

INDICAÇÃO Nº IND 4585/2008
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)

LIDO
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria do Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo, providências junto a Secretaria de Obras no sentido de promover a implantação de pavimentação asfáltica da via principal do Setor QNR da Região administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Poder Executivo providências junto a Secretaria de Obras, no sentido de promover a recuperação da pavimentação asfáltica da via principal do Setor QNR da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A implantação da pavimentação asfáltica da via principal do Setor QNR da Região Administrativa de Ceilândia, é uma reivindicação dos trabalhadores, comerciantes e usuários, que tanto vem sofrendo com os problemas da má conservação e com isso sofrendo inúmeros prejuízos, principalmente causados em épocas de chuva, ficando às vezes impossibilitados de transitarem pelo local. Sem condições de acesso.

Todos reclamam das condições em que se encontra a referida via, são muitos buracos e a poeira também é imensa, causando muitos transtornos e danos à saúde das pessoas, que são obrigadas a conviverem com esta situação precária.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade de Ceilândia.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB

[Assinatura]
26/06/08
16965



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton- PSDB

INDICAÇÃO Nº IND 4588/2008

Em 26 de 06, 08

(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)

Assinatura do Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo, providências junto a Secretaria de Obras no sentido de promover a implantação de ciclovia margeando a quadra QNM 43 – Via MN 03 até a QNR 01 da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto a Secretaria de Obras no sentido de promover a implantação de ciclovia margeando as Quadra QNM 43 – Via MN 03 até a QNR 01 da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A Indicação ora apresentada tem por finalidade sensibilizar o Poder Executivo sobre a necessidade de se promover à implantação de uma ciclovia no referido local.

Acreditamos ser de suma importância que o Poder Executivo empreenda esforços no sentido de atender a esse relevante pleito, posto que diariamente diversos ciclistas desenvolvem esta modalidade desportiva até mesmo para competições, mesmo sendo sabedores que a via em questão não atende aos requisitos básicos para a prática do ciclismo.

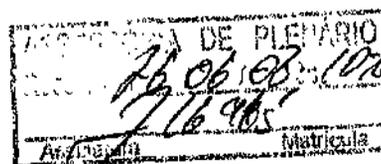
Assim, o Poder Público, estará possibilitando importantes melhorias imediatas na qualidade de vida dos cidadãos atendidos.

“Vê-se assim, que o desenvolvimento da sociedade só pode ser pensado quando se processa concomitante com o desenvolvimento das pessoas. O homem se constrói construindo a sociedade; Pensar, pois esporte para todos significa pensar práticas desportivas que favoreçam a integração, a socialização, a solidariedade”.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB





Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

INDICAÇÃO Nº IND 4587/2008
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)

L I D O
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria do Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN / DF, no sentido de promover a instalação de redutor de velocidade ou quebra molas entre os conjuntos A e C, da quadra QNO 08, do Setor O, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN / DF, no sentido de promover a instalação de redutor de velocidade ou quebra molas entre os conjuntos A e C, da quadra QNO 08, do Setor O, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A instalação de redutor de velocidade ou quebra molas no referido local é uma reivindicação de todos aqueles que passam pela região, e que de alguma maneira sofrem com o excesso de velocidade com que os carros passam pela área, ocasionando diversos acidentes, entre os quais, inúmeros atropelamentos, vitimando principalmente as crianças que costumam brincar nas ruas da dos conjuntos A e C, da quadra QNO 08, do Setor O.

Tal medida contribuiria em muito para a segurança não só dos pedestres como também dos motoristas que trafegam pelo Setor O, além de diminuir o número de acidentes que ocorrem no local.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade de Ceilândia.

Sala das Sessões, em de de 2008.

[Assinatura]
Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB

26/06/08 10:00
18965



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton - PSDB

INDICAÇÃO Nº IND 4508/2008
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)

L I D O
Em 26 de 06, 08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo, providências junto à Secretaria de Obras no sentido de promover a reforma com a instalação de cobertura e implantação de play ground na Quadra Poliesportiva situada na quadra QNO 13/15 do Setor O, da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo, providências junto à Secretaria de Obras no sentido de promover a reforma com a instalação de cobertura e implantação de play ground na quadra poliesportiva situada na Quadra QNO 13/15 do Setor O, da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

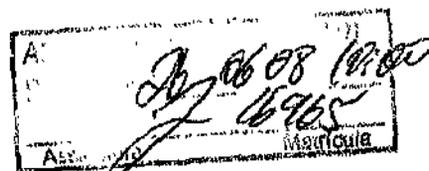
A reforma da referida quadra de esportes com a instalação de cobertura e play ground é uma reivindicação dos moradores da região principalmente as crianças e jovens, que estão sem um local adequado para o lazer, à prática de esportes e o convívio social.

A quadra de esportes em questão sempre foi o centro de atividades esportivas da região, e o seu atual estado de conservação não permite que essas atividades continuem a acontecer.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade de Ceilândia.

Sala das Sessões, em _____ de 2008.

Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB





Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

INDICAÇÃO Nº IND 4588/2008
(Do Deputado Milton Barbosa)

L I D O
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, no sentido de promover a implementação do Parque Ecológico do Setor O – ao lado da BR 070, fundos da quadra QNO 06, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, no sentido de promover a implantação do Parque Ecológico do Setor O – ao lado da BR 070, fundos da quadra QNO 06, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

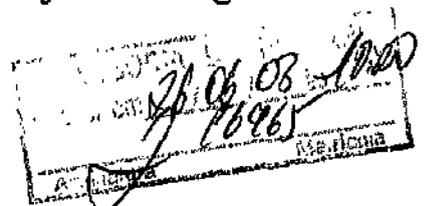
JUSTIFICAÇÃO

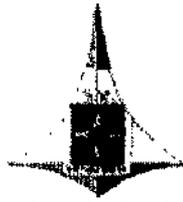
Ao Poder Público compete garantir o bem estar da população por meio de políticas públicas que garantam o acesso à educação, segurança e saúde, bem como fornecer condições para o desenvolvimento dos cidadãos do Distrito Federal.

Trata-se de reivindicação dos moradores do Setor O e da Ceilândia como um todo, que em reuniões e visitas á cidade expressaram suas necessidades imediatas e urgentes com vistas a garantir-lhes uma melhor qualidade de vida.

Dessa forma, a presente Indicação tem por objetivo chamar a atenção do Poder Executivo para a necessidade da implantação do Parque Ecológico do Setor O, a fim de proporcionar e manter um espaço para a preservação ambiental e lazer daquela região, e conseqüentemente evitar invasões de áreas publicas e à especulação imobiliária.

Assim sendo, sugiro ao Chefe do Poder Executivo, que envide esforços no sentido de atender ao pleito ora apresentado, o qual objetiva assegurar a melhoria na qualidade de vida da população de Ceilândia.





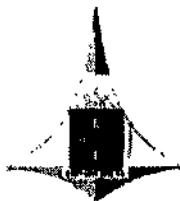
Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

INDICAÇÃO Nº 4500/2008
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)

LIDO
 Em 26/06/08
Está
 Assessoria do Planário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN no sentido de promover a implantação de faixas de pedestres na via entre as quadras QNO 08 e QNO 09 no Setor O da Região Administrativa de Ceilândia - RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN providências no sentido de promover a implantação de faixas de pedestres na via entre as quadras QNO 08 e QNO 09 no Setor O da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

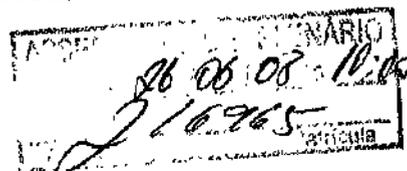
Não existem faixas de pedestres na via entre as quadras QNO 08 e QNO 09 do Setor O da Região Administrativa de Ceilândia, por este motivo, muitos pedestres, principalmente crianças e idosos estão encontrando dificuldades em atravessar a referida via, devido ao grande fluxo de veículos que por ela transitam.

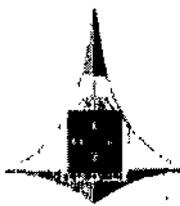
A implantação das faixas de pedestres não só diminuiria em muito o número de acidentes, como possibilitaria que o trânsito no local se tornasse mais organizado.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade do Setor O da Ceilândia.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2008.

Milton Barbosa
Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB





Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

INDICAÇÃO Nº IND 4501/2008
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)

L. D. O.
Em 26/06/08
Estevão
Assessoria de Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto à Companhia Energética de Brasília – CEB, no sentido de promover a manutenção e melhoria da iluminação pública do Setor de Oficinas no Setor O da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto a Companhia Energética de Brasília – CEB, no sentido de promover a manutenção e melhoria da iluminação pública do Setor de Oficinas do Setor O da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

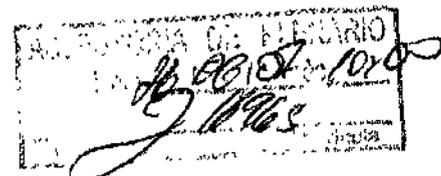
A melhoria e manutenção da iluminação pública do Setor de Oficinas do Setor O, é um antigo pedido da comunidade, visto que o local está completamente no escuro e isso contribui para o aumento da violência.

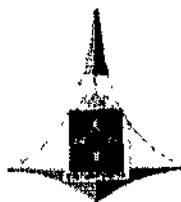
Uma iluminação eficiente contribuiria em muito para a segurança dos moradores e também para os comerciantes que tanto sofrem com seguidos assaltos.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para os cidadãos de Ceilândia.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Milton Barbosa
Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB





Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton - **PSDB**

INDICAÇÃO Nº 4502/2008
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)

L I D O
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria do Planário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto à Companhia Energética de Brasília – CEB, no sentido de promover a manutenção e melhoria da iluminação pública da quadra QNO 08 no Setor O da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto a Companhia Energética de Brasília – CEB, no sentido de promover a manutenção e melhoria da iluminação pública da quadra QNO 08 no Setor O da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

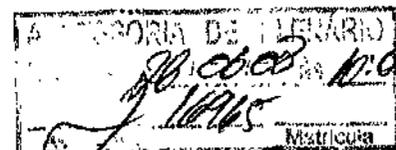
A melhoria e manutenção da iluminação pública da quadra QNO 08 no Setor O, é um antigo pedido da comunidade, visto que o local está completamente no escuro e isso contribui para o aumento da violência.

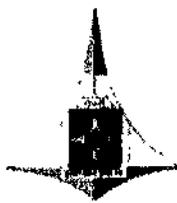
Uma iluminação eficiente contribuiria em muito para a segurança dos moradores e também para os comerciantes que tanto sofrem com seguidos assaltos.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para os cidadãos de Ceilândia.

Sala das Sessões, em de de 2008.

[Assinatura]
Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB





Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

INDICAÇÃO Nº IND 4593/2008
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)

39
L. D. O.
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto a Secretaria de Saúde no sentido de promover a implantação de um Posto de Saúde no Setor QNR da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto à Secretaria de Saúde no sentido de promover a implantação de um Posto de Saúde no Setor QNR da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

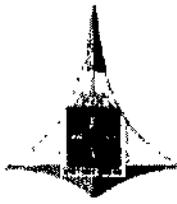
JUSTIFICAÇÃO

A saúde da população é dever e deve ser prioridade de todo governante, com isso todos devem ter acesso aos hospitais e aos postos de saúde de sua cidade.

Os moradores do Setor QNR da Ceilândia reclamam a presença urgente de serviços assistenciais de saúde. Com uma população considerável, a localidade ainda deixa a desejar no que se refere à qualidade de vida de seus moradores e a oferta de serviços públicos eficientes.

Neste sentido, cabe àquele que cuida da coisa pública, ou seja, o Chefe do Poder Executivo, alcançar solução definitiva para essa situação insustentável, com o fim precípua de proporcionar tranquilidade e bem-estar aos cidadãos.

[Assinatura]
26/06/08
16965
Matricada



40

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade de Ceilândia.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB





Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB**INDICAÇÃO Nº IND 4594/2008**
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)L I D O
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto à Secretaria de Estado de Transferência de Renda do Distrito federal no sentido de promover a implantação de um Centro de Convivência do Idoso no Setor O da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal no sentido de promover a implantação de um Centro de Convivência do Idoso no Setor O da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

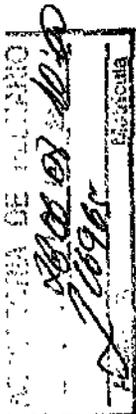
JUSTIFICAÇÃO

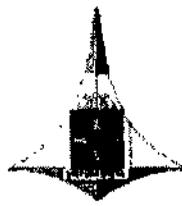
Temos verificado por índices de pesquisa que no Brasil a expectativa média de vida alcançada pela população tem crescido e já podemos considerar os números como bastante expressivos.

Se por um lado, esse índice tem indicação positiva, demonstrando que nossa população está vivendo mais, por outro, preocupam pela qualidade no atendimento a esses idosos, especialmente aqueles sem condições financeiras.

O baixíssimo valor das aposentadorias e o alto custo dos planos de saúde inviabilizam uma assistência diferenciada, deixando idosos à mercê de uma assistência médica deficiente e desumana, em filas de espera intermináveis.

Ademais, Cabe ao Poder Público proporcionar ao idoso a participação em todos os programas de qualidade de vida. Estando assim em consonância com o que estabelece o § 1º do artigo 230 da Constituição Federal, que prevê *programas de amparo aos idosos executados preferencialmente em seus lares.*

*[Assinatura]*



Câmara Legislativa do Distrito Federal

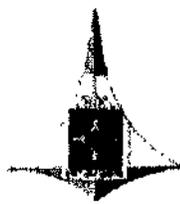
Deputado Distrital Milton Barbosa - PSDB

Portanto a sugestão ora proposta pretende minimizar as dificuldades, favorecendo a saúde física e mental, além do convívio salutar entre as pessoas que tanto contribuíram para a formação de nossa sociedade e, que pouco ou nada tem recebido na fase em que mais carecem de amor e atenção.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

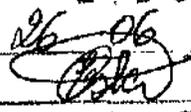
Sala das Sessões, em de de 2008.

Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB



43

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Milton Barbosa, PSDB**INDICAÇÃO Nº IND 4585/2008**
(Do Sr. Deputado Milton Barbosa)LIDO
Em 26/06/08

Assessoria do Plenário

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto à Administração de Ceilândia no sentido de promover a revitalização do campo de futebol localizado na Quadra QNO 08 do Setor O - Região Administrativa de Ceilândia - RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto a Administração de Ceilândia no sentido de promover a revitalização do campo de futebol localizado na Quadra QN 08 do Setor O - Região Administrativa de Ceilândia - RA IX.

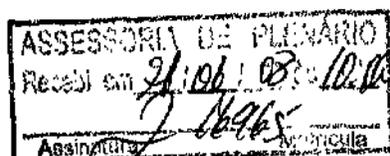
JUSTIFICAÇÃO

A revitalização do referido campo de futebol é uma reivindicação dos moradores da região, que estão sem um local adequado para o lazer, à prática de esportes e o convívio social.

A comunidade do Setor O reivindica ao Poder Público a implantação de iluminação, construção de arquibancada, calçada e plantio de árvores ao redor do campo. Atualmente os moradores da quadra QNO 08, utilizam-se de um espaço não adequado para promoverem torneios e partidas de futebol.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação que com certeza, será de grande importância para a comunidade de Ceilândia.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Milton Barbosa
Deputado Distrital
PSDB



INDICAÇÃO Nº IND 4588/2008
(Do Sr. Deputado Brunelli)

LIDO
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria do Plenário

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de uma Biblioteca Pública no Setor "O" da Região Administrativa de Ceilândia, RA IX

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de uma Biblioteca Pública no Setor "O" da Região Administrativa Ceilândia, RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

É prática antiga, instituída no Decreto n.º 17.684/96, a instalação de bibliotecas públicas como instrumento de cultura de acesso à população de modo geral.

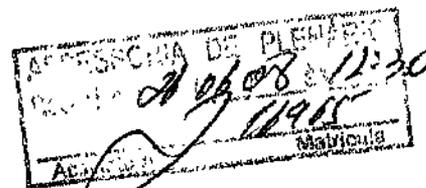
No caso do Setor "O" de Ceilândia, por ser um região de alta densidade estudantil e abrigar um enorme contingente de alunos na faixa dos necessitados, a implantação de uma biblioteca pública é de extrema importância.

Ademais, a biblioteca pública, pela sua dimensão e condição de livre acesso, transforma-se num elemento indutor de motivação natural à juventude, propiciando a formação de um espírito dinâmico nas aglomeradas reuniões de praxes acadêmicas.

Com efeito, a reconhecida relevância da presente proposição para a vida acadêmica do Distrito Federal afigura-se estreme para a população do Setor "O", como um todo em especial aos estudantes é que conclamamos os nobres pares para a aprovação desta.

Sala das Sessões, em ___ de _____ 2008.

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

MOÇÃO Nº.
(Do Deputado Bispo Renato Andrade-PR)

Moç 207/2008

LIDO
Em 26/06/08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

"Parabeniza os(as) Ministros(as) do Evangelho pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades no Distrito Federal e entorno",

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no exercício de suas atribuições, e com base no art. 144 do Regimento Interno desta casa, congratula os senhores ministros do evangelho abaixo relacionados, **pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades no distrito Federal.**

Ordem	Função Ministerial	Nome	Igreja	Cidade / UF
1.	Episcopisa	Dilce Nilva de Almeida Santos	Igreja de Cristo Lírios dos Vales	Ceilândia/DF
2.	Episcopisa	Domingas Ribeiro de Sena	Igreja Episcopal Resgate da Última Hora	Samambaia
3.	Bispo	Arnaldo Andrade dos Santos	Igreja Episcopal Apocalipse	Taguatinga/DF
4.	Bispo	Edson Dias dos Santos	Comunidade Videira Verdadeira	Ceilândia/DF
5.	Bispo	Gilberto Rodrigues da Silva	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério em Missão do Deus Vivo	Ceilândia/DF
6.	Bispo	Carlos Jean Cavalcanti	Igreja Pentecostal Amor Ágape	Ceilândia/DF

25/06/08 17h32
23.2437


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

7.	Bispo	Valmir da Silva Leite	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Altar em Chamas	Gama/DF
8.	Pastor	Eurípedes Gomes dos Anjos	Igreja Episcopal Apocalipse	Recanto das Emas/DF
9.	Evangelista	Josivaldo Soares de Queiroz	Igreja Assembléia de Deus Nova Aliança	Samambaia/DF
10.	Evangelista	Paulo Roberto Molinaro Costa	Igreja Episcopal Apocalipse	Cellândia/DF
11.	Pastor	Jessé Marques de Matos	Igreja Assembléia de Deus Ministério Madureira	Cellândia/DF
12.	Pastor	José Clauco de Jesus Carvalho	Igreja Pentecostal Casa de Oração Manain	Gama/DF
13.	Pastor	Melquisedeque da Silva Portela	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Missão da Estrutural	Cidade Estrutural/DF
14.	Missionária	Deusimar do Nascimento Uchôa	Igreja Pentecostal Fonte de Libertação	Samambaia/DF
15.	Missionária	Josenilia José Freire	Comunidade Evangélica Cristo e Real	Guará/DF
16.	Missionária	Maria Aparecida Ferreira Martins	Igreja Batista El-Shaday	Samambaia/DF
17.	Missionária	Marli de Fátima Pires Oliveira	Ministério Pentecostal Shekinah	Cellândia/DF
18.	Pastor	Abdenego de Sousa Andrade	Igreja Batista Água Viva	Cruzeiro/DF
19.	Pastor	Adilson Gonçalves dos Santos	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Apocalipse	Samambaia/DF
20.	Pastor	Adilson José Eleotério	Ministério Libertos para Adorar	Sobradinho II/DF
21.	Pastor	Adilson Lopes da Luz	Igreja Episcopal Apocalipse	Samambaia/DF
22.	Pastor	Alan Willian de Oliveira Soares	Igreja Episcopal Apocalipse	Cellândia/DF
23.	Pastor	Altamiro Rufino da Silva	Ig. Assemb. de Deus Nova Aliança	Samambaia/DF


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

24.	Pastor	Antônio Almeida Filho	Comunidade Evangélica Cristo é Real	Guará/DF
25.	Pastor	Antônio Alves Cardoso	Igreja Evangélica Assembléia de Deus O Semeador	Águas Claras/DF
26.	Pastor	Antônio Carlos Xavier do Nascimento	Igreja Episcopal Apocalipse	Taguatinga/DF
27.	Pastor	Antônio da Costa Pinto	Igreja Assembléia de Deus Videira	Planaltina/DF
28.	Pastor	Antônio José Soares de Carvalho	Igreja Batista Filadélfia Nacional	Santa Maria/DF
29.	Pastor	Antônio Queiroz Neto	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério de Samambaia	Samambaia/DF
30.	Pastor	Auto Pereira dos Santos	Igreja Assembléia Atos dos Apóstolos	Sobradinho II/DF
31.	Pastor	Carlos Roberto de Lima	Igreja Assembléia de Deus Pentel	Sobradinho II/DF
32.	Pastor	Cícero Romão Ficaves	Igreja Episcopal Apocalipse	Taguatinga/DF
33.	Pastor	Clovis Leopoldo da Rocha	Igreja Episcopal Apocalipse	Águas Lindas/GO
34.	Pastor	Edinaldo Campos da Silva	Igreja Episcopal Apocalipse	Gama/DF
35.	Pastor	Edmundo Augusto da Silva	Igreja Episcopal Apocalipse	Paranoá/DF
36.	Pastor	Flamarion Alves Souza	Igreja Assembléia de Deus Universal dos Primogênitos	Samambaia/DF
37.	Pastor	Francimar Vieira Lins	Igreja Casa de Oração Para todos os Povos	Recanto das Emas /DF
38.	Pastor	Francisco das Chagas Marques	Igreja Pentecostal Coluna da Verdade	Cellândia/DF
39.	Pastor	Gileno Almeida dos Santos	Igreja Pentecostal Trombeta de Deus	Cidade Estrutural/DF
40.	Pastor	Gilmar Miranda da Silva	Igreja Episcopal Apocalipse	Samambaia/DF
41.				


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

		Gilvane Ferreira Borges	Igreja Pentecostal Manancial de Vida Ministério Voz de Deus	Taguatinga/DF
42.	Pastor	João Batista Uchôa Barbosa	Igreja Pentecostal Fonte de Libertação	Samambaia/DF
43.	Pastor	João Ferreira da Cunha	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Regional do Distrito Federal Ministério Missão	Sobradinho II/DF
44.	Pastor	João Francisco da Luz	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Expansão em Ceilândia	Ceilândia/DF
45.	Pastor	João Medeiros dos Santos	Igreja Missionária Assembléia de Deus	Samambaia/DF
46.	Pastor	João Viana dos Reis	Igreja Assembléia de Deus Campo Nacional do Guará	Ceilândia/DF
47.	Pastor	Joaquim Cruvinel de Lima	Ministério Modelo de Cristo Shekinah	Samambaia/DF
48.	Pastor	José Bento Sobrinho	Igreja Pentecostal Trombeta de Deus	Samambaia/DF
49.	Pastor	José Carlos de Almeida	Ministério Pentecostal Kadoshi	Ceilândia/DF
50.	Pastor	José Carlos Soares de Souza	Igreja Pentecostal Árvore da Vida	Sobradinho II/DF
51.	Pastor	José Ferreira dos Anjos	Igreja Batista do Rei Jesus	Recanto das Emas/DF
52.	Pastor	Luiz Gustavo Garcia de Queiroz	Igreja Assembléia de Deus Ágape do Brasil	Sobradinho/DF
53.	Presbítero	Maciel Fonseca da Silva	Igreja Episcopal Apocalipse	Ceilândia/DF
54.	Pastor	Maílton da Silva Bráz	Igreja Episcopal Apocalipse	Ceilândia/DF
55.	Pastor	Moisés Figueiredo Oliveira	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério CIADSETA/DF	Santa Maria/DF
56.	Pastor	Natanael Almeida Rodrigues	Comunidade Evangélica Cristo é Real	Ceilândia/DF
57.				

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**

	Pastor	Nilson Luis Ferreira	Igreja Casa Evangélica Pentecostal A Volta de Cristo Jesus e Ministério de Revelação	Ceilândia/DF
58.	Pastor	Nilton Rosa de Oliviera	Igreja Evangélica Cristo Liberta	Ceilândia/DF
59.	Pastor	Norberto Manzela de Sousa	Igreja Assembléia de Deus ministério Casa de Oração	Samambaia/ DF
60.	Pastor	Orlando Alves Porto	Igreja Evangélica Pentecostal de Águas Vivas	Ceilândia/DF
61.	Pastor	Osias Ferreira de Farias	Igreja Episcopal Apocalipse	Ceilândia/DF
62.	Pastor	Pedro Heleno do Couto	Igreja Assembléia de Deus de Samambaia	Samambaia
63.	Pastor	Raimundo Alves Brandão	Igreja Assembléia de Deus Campo do Guará	
64.	Pastor	Roosevelt Ribeiro Sousa	Igreja Evangélica Pentecostal Elim	Ceilândia/DF
65.	Pastora	Ana Lúcia de Oliveira Silva	Comunidade dos Filhos de Deus	Ceilândia/DF
66.	Pastora	Antonia Aparecida Lima	Ministério Modelo de Cristo Shekinah	Samambaia/ DF
67.	Pastora	Dalvanis Rosa de Souza	Projeto Nova Vida	Sobradinho II/DF
68.	Pastora	Francisca Camilo de Lima	Igreja Pentecostal Fonte de Água Viva	Ceilândia/DF
69.	Pastora	Isabel Rosa de Carvalho Santos	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Fonte de Alegria	Ceilândia/DF
70.	Pastora	Isailde da Costa Souza	Igreja Assembléia de Deus Universal dos Primogênitos	Samambaia/ DF
71.	Pastora	Maria de Lourdes Zagato Carvalho	Igreja Pentecostal Casa de Oração Manain	Gama/DF
72.	Pastora	Maria Maece Ferreira Borges	Igreja Pentecostal Manacial de Vida Ministério Voz de Deus	Taguatinga/ DF


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

73.	Pastora	Maria Otávia da Silva Dias	Igreja Evangélica Poço de Agua Viva	Ceilândia/DF
74.	Pastora	Marlene Fernandes de Souza Farias	Igreja Evangélica Nascente de Vida	Recanto das Emas/DF
75.	Pastora	Rosenilda Ramos Feitosa	Igreja Missionária Pentecostal da Restauração	Samambaia/DF
76.	Pastora	Suziene Bugue de Sousa	Igreja Pentecostal Deus é o Salvador	Samambaia/DF
77.	Pastora	Tania Gláucia Moura da Silva	Ministério Libertos Para Adorar	Sobradinho II/DF
78.	Reverendo	Oswaldo Antônio da Silva Júnior	2ª Igreja Presbiteriana de Ceilândia	Ceilândia/DF
79.	Reverendo	Ricardo Santana de Oliveira	Igreja Presbiteriana na Nova QNL Fonte de Libertação	Taguatinga/DF
80.	Evangelista	Maria Andrade dos Santos	Igreja episcopal Apocalipse	Taguatinga/DF

JUSTIFICAÇÃO

Esta Moção **parabeniza os(as) Ministros(as) do Evangelho pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades no Distrito Federal e entorno**

Muitos são os serviços de relevância social e espiritual prestados por estes pastores às comunidades; Líderes de importância imensurável, que através de seu trabalho, amor e dedicação, resgata vidas, alimenta a sede espiritual e muitas vezes supri a carência material de nossas comunidades. Grandes apaziguadores que contribuem efetivamente com o resgate de marginalizados, e que enfim, mantêm um dos sustentáculos da família e da nação, sem o qual jamais seria possível subsistir em uma sociedade justa e fraterna.

Apesar de contar com poucos recursos financeiros, a igreja nunca deixou de prestar seu papel assistencial nestas comunidades.

f

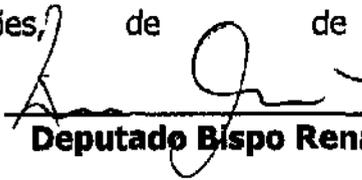
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**

O empenho destes homens em minimizar os sofrimentos, conduzir a comunidade por veredas mais tranqüilas e seguras, evitar que muitos se percam do caminho da lisura e se tornem cidadãos felizes e úteis à comunidade é louvável e jamais poderia passar despercebido aos olhos desses que promovem a justiça social na cidade.

Dado a vultosa expressão do trabalho executado por estes dignos homens dirigentes de igrejas, não poderia deixar de unir-me aos ilustres membros desta Casa de Léis para prestar-lhes digna homenagem.

Conclamo aos meus Nobres pares pela aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, de de 2008.



Deputado Bispo Renato Andrade-PR



sacrificando-se por eles. A educação cristã deve revelar a grandeza humana e religiosa dessa atitude, mostrando ao mesmo tempo as vantagens que dela derivarão posteriormente, em uma sociedade constituída com base no espírito de serviço aos outros e não no lucro egoísta de cada indivíduo.

O Cristão não se envergonha de ser servidor. Pelo contrário, considera-o uma honra, pois assim está imitando seu Mestre. No entanto, tem consciência das dificuldades relacionadas com um serviço generoso, lutando diariamente por esse caminho. Além disso, também sabe, é impossível um serviço duradouro e comprometido sem a ajuda de Deus, sem a sua força de expansão e integração.

Efésios 5.1-2: Sede, pois imitadores de Deus, como filhos amados; e andai em amor, como também Cristo nos amou e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave.

Por tudo isso não poderíamos deixar de cumprimentar esses grandes homens e mulheres pelo brilhante serviço prestado à comunidade evangélica, conclamando os meus nobres Pares à aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2008.


BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM



MOÇ Nº 208/2008

MOÇÃO Nº
(Do Sr. Deputado Brunelli)

Parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, os Policiais Civis, lotados na 21ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal, que menciona.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres Pares parabenizar, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, os seguintes Policiais Civis lotados na 21ª DP:

- Delegada **MÔNICA CHMIELEWSKI FERREIRA LOUREIRO;**
- Escrivão **LUIZ ALFREDO FERNANDES JALES;**
- Agente **CARLA MARY DA SILVA;**
- Agente **VERA LÚCIA RODRIGUES FERNANDES.**

JUSTIFICAÇÃO

A presente moção tem por objetivo parabenizar a equipe da 21ª Delegacia de Polícia do DF pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, em especial aos Policiais mencionados.

Como Policiais Civis os homenageados vêm prestando relevantes serviços a nossa comunidade, em especial as de Taguatinga e Águas Claras, demonstrando através de seu trabalho, a importância que sua Instituição tem para o desenvolvimento equilibrado de nossa Capital.

Os experientes Policiais Civis do Distrito Federal seguem seus destinos traçados por Deus, honrando seus compromissos de doarem as próprias vidas no cumprimento do seu dever.

Vão-se os homens, ficam seus exemplos, cujos sacrifícios serão para sempre lembrados e reconhecidos no seio de sua Corporação e da nossa sociedade.

Sala das Sessões, em

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

MOÇÃO Nº
(Do Sr. Deputado Brunelli)

MOÇ 210/2008

L. D. O.
 Em 26/06/08
 Assessoria de Planário

Parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade evangélica de Brasília, as pessoas que menciona.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres Pares parabenizar, pelos relevantes serviços prestados à comunidade evangélica de Brasília, as pessoas que menciona:

- **Pastor Onias Borges Leão**, da Igreja Metodista no Gama DF;
- **Sra. Nilséla da Rocha Leão**, esposa do Pastor Onias Borges Leão, da Igreja Metodista no Gama DF.

JUSTIFICAÇÃO

Cada homem e mulher devem aprender a olhar para os outros com os olhos de Cristo, trabalhando por eles, lutando por eles, sacrificando-se por eles. A educação cristã deve revelar a grandeza humana e religiosa dessa atitude, mostrando ao mesmo tempo as vantagens que dela derivarão posteriormente, em uma sociedade constituída com base no espírito de serviço aos outros e não no lucro egoísta de cada indivíduo.

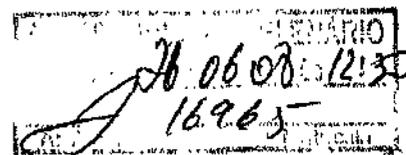
O Cristão não se envergonha de ser servidor. Pelo contrário, considera-o uma honra, pois assim está imitando seu Mestre. No entanto, tem consciência das dificuldades relacionadas com um serviço generoso, lutando diariamente por esse caminho. Além disso, também sabe, é impossível um serviço duradouro e comprometido sem a ajuda de Deus, sem a sua força de expansão e integração.

Eféios 5.1-2: Sede, pois imitadores de Deus, como filhos amados; e andai em amor, como também Cristo nos amou e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave.

Por tudo isso, não poderia deixar de cumprimentar esse grande casal pelos brilhantes serviços prestados à comunidade evangélica do Gama, conclamando os nobres Pares à aprovação dessa proposição.

Sala das Sessões, em de de 2008.

BRUNELLI
Deputado Distrital - DEM





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO LUCENA**

L: D: O
Em 26/06/08
Costa

RR 1032/2008

Assessoria do Pionário

**REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Roberto Lucena)**

Requer a Realização de Audiência Pública, no dia 29 de Agosto do corrente ano, no Auditório desta Casa de Leis, para debater a "A Real situação dos Médicos Residentes em todo o Distrito Federal.

Exmo senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 145, do Regimento Interno, solicito manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação deste **"REQUERIMENTO"**, para realização de Audiência Pública, no dia 29 de Agosto do corrente ano, no Auditório desta Casa de Leis, para debater a "A Real situação dos médicos residentes em todo o Distrito.Federal "

SAIN – Parque Rural – Gabinete 18 - 70086-900 – Brasília - DF

dj

RECEBIMOS
25/06/08 17h40
23.2432

Bruna R. Lacinda
DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS: 29/08/08
HORA: 9h LOCAL: Audi 10



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO LUCENA**

JUSTIFICAÇÃO

Por meio deste Requerimento, buscamos a realização de Audiência Pública, no dia 29 de agosto do corrente ano, às 09h00min, no Auditório desta Casa Legiferante, haja vista ser necessário e em conjunto com entidades da sociedade civil e a população em geral, debatermos a real situação dos médicos residentes em todo o Distrito Federal".

Porquanto, pugno aos nobres pares o apoio para aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2008


Deputado ROBERTO LUCENA
Autor


Rochy Opaco


Milton Barbosa


Luiz de Paulo